



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FE

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O PAPEL DO PEDAGOGO NA
SOCIOEDUCAÇÃO**

GABRIELLE SABRINE PIRES COSTA

Brasília
2017

Um estudo exploratório sobre o papel do pedagogo na Socioeducação

Gabrielle Sabine Pires Costa

Trabalho Final de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Dra. Tatiana Yokoy de Souza

Brasília

2017

Um estudo exploratório sobre o papel do pedagogo na Socioeducação

Trabalho Final de Conclusão de Curso, de autoria de Gabrielle Sabrine Pires Costa, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade de Brasília à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília assinalada abaixo, sob a orientação da professora Dra. Tatiana Yokoy de Souza. Apresentação ocorrida em 04/12/2017.

Professora Dra. Tatiana Yokoy de Souza

(Orientadora)

Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB

Professor Dr. Paulo Sérgio de Andrade Bareicha

(Examinador Interno)

Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira

(Examinadora Externa)

Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília – UnB

Professor Ms Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegal

(Examinador Suplente)

Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília – UnB

AGRADECIMENTOS

Eu te agradeço, Senhor
Pelo carinho, pelo amor
Pelo cuidado que tens por mim... [...]

[...] Cristo te amo, Tu és minha luz
Eu te agradeço, querido Jesus.

Leonardo Gonçalves, música “Obrigado”.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por ser o autor e mantenedor da minha vida; por guiar todos os meus passos e me permitir chegar até aqui; por perdoar todas as minhas falhas e continuar me amando incondicionalmente; e por me abençoar de maneira grandiosa, mesmo que imerecidamente. A Ele: toda a honra, toda a glória e todo o mérito das minhas conquistas.

Agradeço aos meus avós, Francisca e André (in memoriam), por dedicarem suas vidas em favor da minha; por abdicarem de seus sonhos em favor dos meus; por sempre me incentivarem, apoiarem e torcerem pelo meu sucesso; por me amarem da maneira mais pura e sincera; e por me ensinarem os valores essenciais que o ser humano precisa: honestidade, respeito, amor e fé.

À minha família, especialmente aos meus tios, Ione, Iolanda, Paulo e Osvaldo, pelo amor, o cuidado e o incentivo até aqui.

Aos meus amigos do coração - Fernanda, Gustinho, Larissa, David, Karina, Thaís e Ludmila - por toda a alegria que me proporcionam e pelo apoio na minha caminhada.

À Professora Dr^a Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire, grande incentivadora no início do meu curso, a quem tenho imensa gratidão e admiração.

À Professora Dr^a Cristina Maria Costa Leite, que foi um marco em minha trajetória acadêmica por sua sabedoria e dedicação, a quem respeito e admiro.

À minha querida orientadora, Professora Dr^a Tatiana Yokoy de Souza, a quem me faltam palavras para expressar tamanha gratidão. Sem ela, esse sonho não teria sido concretizado de forma tão rica e satisfatória. Agradeço-a por todo o conhecimento compartilhado comigo, enquanto sua aluna; pela disposição em aceitar me orientar neste Trabalho Final de Conclusão de

Curso; por todas as horas, dias e meses de dedicação, sempre oferecendo o seu melhor em favor da minha formação, me incentivando e torcendo pelo meu sucesso; e por acreditar em mim, quando eu mesma desacreditava. A ela: muito obrigada!

Por fim, agradeço aos demais professores da Faculdade de Educação-FE por contribuírem ricamente com a minha formação e agradeço à Universidade de Brasília-UnB por me proporcionar momentos mágicos e me dar a oportunidade de crescer como ser humano.

RESUMO

A política regulatória do sistema socioeducativo brasileiro privilegia o caráter pedagógico sobre o caráter sancionatório das Medidas Socioeducativas, bem como apresenta propostas, de fato, otimistas para o enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes autores de ato infracional. A ação socioeducativa se refere à Medida Socioeducativa em si (referente ao passado e priorizando a lei e a reparação dos danos sociais) e ao atendimento socioeducativo (orientado ao futuro, em que se busca a construção de novas perspectivas de vida para o adolescente socioeducando e sua família). O atendimento socioeducativo conta com a atuação de equipes multidisciplinares, com objetivo de promover a co-construção de projetos de vida e de novas trajetórias de desenvolvimento, divergentes da trajetória infracional. As equipes costumam ser compostas por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, profissionais do Direito e agentes socioeducativos. Entretanto, a atuação do pedagogo permanece ainda um grande desafio no cotidiano do atendimento, considerando as especificidades de atuação de cada profissional nestas equipes.

Neste contexto interdisciplinar de atuação, o papel do profissional da Pedagogia costuma ser confundido com o papel dos demais profissionais especializados, especialmente, com psicólogos e assistentes sociais. Em virtude da escassez de recursos humanos, frequentemente verificada no sistema socioeducativo nacional, o atendimento interdisciplinar tem se reduzido ao atendimento realizado por um único técnico de referência, independentemente da sua formação profissional. Deste modo, a prática do pedagogo no atendimento socioeducativo continua um tema a ser melhor problematizado.

Nesse sentido, este Trabalho Final de Conclusão de Curso apresenta um estudo exploratório que tem como objetivo analisar o papel do profissional da Pedagogia nos campo da Socioeducação, a partir das significações construídas pela equipe multiprofissional de uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto no Distrito Federal.

Palavras chave: Socioeducação; Pedagogo; Adolescentes autores de ato infracional; Medidas Socioeducativas; Unidade de Atendimento em Meio Aberto.

ABSTRACT

The regulatory policy of the Brazilian socio-educational system favors the pedagogical character on the sanctioning character of socio-educational measures, as well as presents proposals, in fact, optimistic for confronting situations of violence involving teenagers who commit an infringement.

The socio-educational action takes place in two spheres: the socio-educational measure in itself, related to the past and prioritizing the law and redress of social damages; and the attendance socio-educational, future-oriented, in which one seeks the construction of new perspectives of life for the teenager and its family. The socio-educational service counts on the performance of multidisciplinary teams, aiming to promote the co-construction of life projects and new developmental trajectories, divergent from the infraction trajectory.

The crews are usually composed of psychologists, pedagogues, social workers, legal professionals and socio-educational agents. , the pedagogue's performance remains a major challenge in the daily attendance, considering the specific characteristics of each professional in these crews.

In this interdisciplinary context of professional performance, the role of the pedagogy professional it's usually confused with the role of other specialized professionals, especially with psychologists and social workers. Due to the shortage of human resources, often verified in the national socio-educational system, the interdisciplinary attendance has been reduced to the attendance performed by a single reference technician, regardless of their professional training. Thus, the practice of the pedagogue in the socio-educational service remains challenging.

In this sense, this final course assignment presents an exploratory study that aims to analyze the role of the Pedagogy professional in the field of Socioeducation, based on the meanings built by the multiprofessional crew of an Open Service Unit in the Federal District.

Keywords: Socioeducation, Pedagogue, Teenagers who commit an infringement; Socio-educational measure; Open Service Unit.

SUMÁRIO

	Páginas
Agradecimentos.....	iv
...	
Resumo	vi
Abstract	vii
Sumário	viii
Apresentação e Memorial Descritivo.....	1
1. Revisão da Literatura	4
1.1. O ECA e as Medidas Socioeducativas	
.....	
1.2. Política Regulatória das Medidas Socioeducativas: O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).....	
1.3. O perfil dos adolescentes brasileiros que cumprem Medidas Socioeducativas	
1.4. Os adolescentes como sujeitos de direito e o direito à educação	
1.5. A Medida Socioeducativa/ sanção <i>versus</i> a ação socioeducativa/ pedagógica	
1.6. A atuação do profissional da Pedagogia na Socioeducação	
2. Objetivos	24
2.1. Geral	
2.2. Específicos	
3. Metodologia	25
3.1. Contexto da Pesquisa	
3.2. Participantes	
3.3. Materiais e instrumentos	
3.4. Procedimentos de construção de dados	
3.5. Procedimentos de análise dos dados	
4. Resultados e Discussão	31
4.1. Núcleo 1: “A Socioeducação enquanto educação para a sociedade, para a reflexividade e para o protagonismo”	
4.2. Núcleo 2: “A gente, como pedagogo, desconhece mesmo a Socioeducação”	
4.3. Núcleo 3: “Aqui em Brasília, todo mundo busca concurso público”	
4.4. Núcleo 4: “Foi organizando e melhorando o trabalho, dentro do caos e da EUquipe apagadora de fogo”	
.....	
4.5. Núcleo 5: “ A gente tem feito projetos muito diferentes. Eu gosto muito de trabalhar com Socioeducação”.	
.....	
4.6. Núcleo 6: “Tem hora que dá vontade de sair correndo...”	

4.7. Núcleo 7: “A caixinha profissional do pedagogo na equipe multidisciplinar de atendimento sociopedagógico”	
4.8. Núcleo 8: “O pedagogo é a base da Socioeducação”	
5. Considerações Finais	47
Referências Bibliográficas	50
Apêndices	53
Apêndice A–Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
Apêndice B – Roteiro de entrevista com Pedagogo	
Apêndice C – Roteiro de entrevista com Psicólogo e com Assistente Social	

APRESENTAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO

[...] É saber se sentir infinito
Num universo tão vasto e bonito,
É saber sonhar...
E, então, fazer valer a pena
Cada verso daquele poema sobre acreditar.

Ana Vilela, música “Trem bala”.

Desde a infância, eu sonhava em ser professora. Eu me via deslumbrada com a profissão, mesmo com pouca maturidade diante deste vasto universo e com tão pouca idade para fazer uma escolha profissional, uma escolha de vida. Dentre as minhas brincadeiras preferidas, a que mais se sobressaía era a famosa “escolinha”. E “ai da turma” se eu não fosse a professora! Eu me encantava com a ideia de poder compartilhar conhecimentos, de poder ensinar e, ao mesmo tempo, aprender.

Nasci em 1º de junho de 1995 e, após 6 anos, iniciei minha trajetória escolar. Minha entrada à escola foi mágica. Recordo-me da alegria que exalava em mim ao pisar pela primeira vez naquele lugar. Recordo-me das professoras, do carinho e da dedicação de cada uma, do quanto me ensinaram, para além do pedagógico. Ensinarão-me valores que carrego até hoje e a sempre sonhar, acreditando que o futuro valeria a pena.

O tempo foi passando e, com ele, aumentando o desejo pelo envolvimento com a educação. Este desejo era alimentado por meu avô, André, que tinha tanto apreço pela profissão. Ele considerava a profissão de educador a profissão mais linda que existia. Meu avô sempre valorizou os educadores. Ele se encantava com o fato de alguém poder ensinar um sujeito a ler e escrever, a poder ler um jornal, a pegar um ônibus sem precisar pedir ajuda, a escrever um recado... Estas são coisas que meu avô não teve oportunidade de realizar. Ele sabia escrever somente o próprio nome e isso já o deixava muito feliz. Ele sempre treinava isso, a fim de não esquecer e de aperfeiçoar a estética da sua letra. Eu o observava e pensava: “Um dia, eu vou ensiná-lo a ler e escrever!”. Hoje, percebo que este meu desejo pela educação se associa a um sonho que eu também queria concretizar: poder alfabetizar meu avô.

Durante minha adolescência, tive dúvidas e questionamentos sobre minha escolha de profissão. A certeza se tornou incerteza. É sabido que a área da educação sempre foi alvo de grandes

preconceitos e rótulos sociais. É uma área desvalorizada em uma sociedade pautada por valores da cultura do consumo e pela marcante desigualdade social. Costuma-se valorizar uma pessoa pela ostentação de objetos que custam muito dinheiro, não por ser uma pessoa culta. Esses estigmas se faziam claros nas falas das pessoas ao meu redor, quando eu dizia sobre minha perspectiva de seguir pela educação. Escutei muitas falas do tipo: “Professor não ganha dinheiro.”; “Professor sofre, trabalha muito e ganha pouco.”; “Escolhe uma profissão mais reconhecida, que você possa ganhar bem e que dê futuro.”.

Estes discursos colocavam minha preferência profissional em dúvida, me fazendo optar por outras áreas de conhecimento que também me despertavam interesse. Comecei a avaliar a opção pelo curso de Direito, por gosto pessoal e também por influências externas. Avaliei os prós e os contras, a minha afinidade e apreço pela área, as perspectivas de futuro profissional, e estava convicta de que seguiria pela ciência do direito.

Terminei o Ensino Médio no ano de 2012, ainda na (in)certeza de que área realmente seguir e para que curso prestaria o vestibular. No ano seguinte, mesmo discordando das opiniões alheias e com baixas expectativas de que eu conseguiria ingressar na Universidade de Brasília, eu optei por prestar o vestibular para o curso de Pedagogia na UnB. Para a minha surpresa, em agosto de 2013, me tornei caloura da UnB.

Lamentavelmente, no mês seguinte, meu avô veio a óbito e não pude concretizar o sonho de alfabetizá-lo. No entanto, sigo acreditando que eu posso fazer a diferença na vida e no futuro de muitos aqueles que cruzarem o meu caminho.

Durante esse processo de escolha profissional entre Direito e Pedagogia, eu me deparei com algumas indagações. O que de fato ressocializa um indivíduo que comete algum ato infracional? A punição ou a educação? A cadeia ou a escola? Essas dúvidas vêm me acompanhando por um longo período. Tenho buscado construir meu posicionamento sobre o assunto participando de discussões com muitas pessoas acerca do mesmo, refletindo sobre como as grandes mídias abordam o tema e sobre as consequências da realidade social brasileira. Do meu ponto de vista, nós vivemos em uma sociedade que valoriza mais a punição do que a educação.

Nesse sentido, antes mesmo de adentrar à Universidade, eu compreendi que o profissional da educação tem um espaço e uma atuação fundamental nesse contexto educativo, para além da escola. Assim, eu entrei na UnB já com a perspectiva de entender melhor como um pedagogo atua profissionalmente no sistema socioeducativo brasileiro. Para tal, procurei

disciplinas voltadas para a área e, para a minha decepção, a resposta foi negativa. Passei por quase toda a graduação pesquisando e me apropriando dos conhecimentos relacionados ao tema, por conta própria, pois não encontrei disciplinas sobre o papel do pedagogo na Socioeducação.

No 1º semestre de 2017, me matriculei em uma disciplina optativa chamada “Tópicos Especiais em Psicologia da Educação”, com a professora Tatiana Yokoy – minha orientadora neste trabalho final de curso. Para a minha satisfação, a disciplina abordava exatamente questões voltadas à temática da Socioeducação. Nesse período, pude aprender muito, pude compartilhar conhecimentos e me apropriar de novos saberes.

Ao encerrar o semestre, eu expressei à professora Tatiana o meu desejo de me aprofundar na área, escrevendo minha monografia de final de curso sobre a Socioeducação. Assim sendo, construí minha pesquisa com o objetivo de entender qual é o papel do profissional da pedagogia nos programas de atendimento socioeducativo.

A seguir, apresento a Revisão de Literatura deste Trabalho, que se compõe por 6 seções. A primeira apresenta O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as Medidas Socioeducativas. A segunda introduz o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como parte da política que regulamenta as Medidas Socioeducativas. A terceira sinaliza o perfil dos adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas no país. A seção quatro problematiza a condição de sujeito de direitos dos adolescentes bem como afirma o direito dos adolescentes à educação. A próxima seção aborda os conflitos entre a dimensão da sanção, presente nas Medidas Socioeducativas e a dimensão pedagógica inerente à ação socioeducativa. Por fim, construímos uma seção sobre a atuação profissional do pedagogo na Socioeducação.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1 O ECA E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Em 13 de Julho de 1990, foi promulgada a Lei 8.069, que diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a finalidade de regulamentar os direitos das crianças e dos adolescentes no país. O ECA reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, que se encontram em condição de vulnerabilidade e que necessitam de proteção integral. A partir do ECA, a proteção de crianças e adolescentes brasileiros é co-responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Assim, faz-se necessária a definição de políticas públicas que atuem em favor da garantia desses direitos e da promoção da cidadania de crianças e adolescentes.

O ECA enfatiza direitos integrais para crianças e adolescentes, independentemente de classe social, etnia ou raça, tais como: direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, e à convivência familiar e comunitária. Crianças e adolescentes devem ser protegidos de qualquer tipo de violência e devem viver em condições que garantam seu desenvolvimento pleno, no âmbito físico, mental, moral e social.

Art. 3º: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento [...] (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 9ª edição, p. 11)

O ECA, além de balizar a proteção de crianças e adolescentes que se encontram em situações de risco e de vulnerabilidade social, também prevê medidas de ressocialização a adolescentes que se encontram em conflito com lei por terem cometido algum ato infracional. Essas são denominadas Medidas Socioeducativas, que variam desde uma advertência até a internação do adolescente em estabelecimentos educacionais. As Medidas Socioeducativas possuem caráter pedagógico e procuram construir, em colaboração com o adolescente em conflito com a lei, novas perspectivas de vida e de futuro.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo, do Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação (2015):

No que se refere aos adolescentes que praticam ato infracional, o ECA estabelece que estes devam cumprir Medidas Socioeducativas que lhes oportunizem condições para ressignificar o ato infracional cometido e as suas trajetórias de vida. Nesse sentido, a dimensão pedagógica da Socioeducação, traduzida em ação formadora e transformadora dos sujeitos, será um mecanismo de qualificação dos processos de escolarização e profissionalização dos adolescentes e jovens. Buscando romper os ciclos de violência e exclusão vivenciados por esses sujeitos, o processo socioeducativo se fundamenta em uma concepção de educação voltada para a autonomia e a vida em liberdade (p. 4).

As Medidas Socioeducativas são aplicadas ao adolescente entre 12 e 18 anos que comete ato infracional e são definidas judicialmente de acordo com o ato cometido e o contexto. Elas possuem finalidade pedagógica e natureza jurídica, impositiva, sancionatória e retributiva (LEAL e do CARMO, 2014). O Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (9ª edição, p. 51) § 1º afirma que “A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.”.

A partir das premissas de proteção integral e de garantia de direitos, compreendemos que as Medidas Socioeducativas preconizadas no ECA intencionam provocar reflexões nos adolescentes a respeito de seus atos e procuram construir novas possibilidades de inclusão social e de trajetórias de desenvolvimento, divergentes das trajetórias infracionais. As Medidas Socioeducativas preconizadas no ECA são as seguintes: Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de serviço à comunidade; Liberdade Assistida; inserção em regime de Semiliberdade; e Internação em estabelecimento educacional.

A medida de **Advertência** consiste na repreensão, admoestação e no aconselhamento ao adolescente primário que cometeu ato infracional considerado leve, para que o mesmo não volte a cometer ações ilícitas. Conforme o Art. 115 do ECA (9ª EDIÇÃO, P. 52 “A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.”.

Sobre a **obrigação de reparação de danos**, o adolescente deve ressarcir danos e/ou compensar prejuízos causados às vítimas de ato infracional contra patrimônio.

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 9ª edição, p. 52).

Na **Prestação de Serviços à Comunidade**, o adolescente realiza tarefas de interesse comunitário, de modo gratuito, para que seja responsabilizado pelo seu ato infracional, sem prejuízo a suas atividades escolares ou profissionais (LEAL e do CARMO, 2014).

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 9ª edição, p. 52)

A medida de **Liberdade Assistida** tem como prática o acompanhamento e orientação multiprofissional ao adolescente infrator em sua vida social, nos âmbitos da escola, do trabalho e da convivência familiar, por um período mínimo de 6 meses. Para tal, é destinada uma pessoa do órgão responsável, designada **orientador(a)**, a fim de assessorar a execução da medida e realizar atendimentos que incluam o adolescente e sua família em diversas políticas públicas como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização (LEAL e do CARMO, 2014). Os pedagogos nos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto costumam atuar como orientadores de adolescentes que cumprem Liberdade Assistida.

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 9ª edição, p. 53)

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV – apresentar relatório do caso. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 9ª edição, p. 53)

Já a medida de **inserção em regime de Semiliberdade** tem seu cumprimento em uma unidade especializada de regime semiaberto (casa de semiliberdade), na qual o adolescente será

atendido por profissionais da unidade (como pedagogos, psicólogos e assistentes sociais) e deve participar de atividades escolares, profissionalizantes e de inclusão produtiva, realizadas fora da unidade. Existe restrição (mas não privação) de liberdade, pois o adolescente deve retornar à casa de semiliberdade ao final das atividades externas e pode permanecer com sua família apenas aos finais de semana, a depender de autorização da coordenação da unidade.

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. § 1º São obrigatórias à escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. § 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 9ª edição, p. 53)

Por fim, existe **a medida de Internação em estabelecimentos educacionais**, aplicada àqueles adolescentes que cometeram ato infracional considerado grave ou que sejam reincidentes. Nesses casos excepcionais, o adolescente fica detido num centro de internação especializado sob o período máximo de 3 anos. A duração da privação de liberdade é designada judicialmente, por meio de avaliação a cada 6 meses, com o subsídio de relatórios feitos pela equipe técnica da unidade de internação. O ECA (9ª edição, p. 54), em seu Art. 121, diz que “A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.” Ainda segundo o documento:

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 9ª edição, p. 54)

Assim sendo, existem Medidas Socioeducativas que são realizadas em meio aberto (que não restringem e nem privam a liberdade do adolescente) e em meio fechado. Mesmo nas situações de privação de liberdade, os direitos dos adolescentes devem ser garantidos, tais como o acesso à educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, profissionalização, trabalho, convivência familiar e comunitária.

1.2 POLÍTICA REGULATÓRIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

As Medidas Socioeducativas, previstas pelo ECA desde 1990, foram regulamentadas formalmente em nosso país apenas em 2006, com a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, a partir da Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O SINASE foi recentemente aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

De modo sintético, o SINASE visa duas ações centrais dentro do processo de execução das Medidas Socioeducativas: institucionalizar um Sistema Nacional Socioeducativo e regulamentar as medidas aplicadas aos adolescentes, tanto para fins socioeducativos quanto protetivos. Segundo LEAL e do CARMO (2014), o SINASE estabelece um conjunto de princípios, regras e critérios para a execução dos programas de atendimento socioeducativo, priorizando investimentos no desenvolvimento dos programas em meio aberto e enfatizando que as medidas de privação e restrição de liberdade são excepcionais.

As diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo, a partir do SINASE, partem da concepção de que as Medidas Socioeducativas possuem dimensões jurídico-sancionatória e ético-pedagógica, priorizando a municipalização dos programas em meio aberto, por meio da articulação intersetorial de políticas em âmbito local e das redes de apoio nas comunidades, visando garantir o direito à convivência familiar e social (CURITIBA, 2014). Da mesma forma, RANIERE (2014) enfatiza que o SINASE tem preocupação em oferecer um retorno ao indivíduo e reconstrução da identidade.

Deve-se considerar, portanto, que a medida socioeducativa é uma responsabilização com finalidade pedagógica, sem a qual não poderá ser aplicada. A sanção somente é fundamentada ao passo que a proposta pedagógica possa ser estruturada como resposta a uma conduta infracional. (CURITIBA, 2014).

A Resolução do CONANDA nº 119/2006 estabelece que, além do respeito ao princípio constitucional do devido processo legal, a execução de Medidas Socioeducativas deve obedecer as seguintes diretrizes pedagógicas:

1. Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios.
2. Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo.

3. Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas.
4. Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa.
5. Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo.
6. Diretividade no processo socioeducativo.
7. Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa.
8. Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional.
9. Organização espacial e funcional das unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente.
10. Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica.
11. Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa.
12. Formação continuada dos atores sociais.

Com o SINASE, procura-se assegurar o adequado atendimento aos adolescentes que se encontram em conflito com a lei, visando proporcionar ações de promoção pessoal e social, trabalho de orientação, educação formal, atividades pedagógicas, atividades de lazer, atividades esportivas e de profissionalização, e as demais necessidades para o melhor desenvolvimento desses sujeitos de direitos.

A proposta do SINASE é que as práticas socioeducativas ocorram em espaços adequados, em que haja interlocução entre os educadores, os adolescentes e a sociedade.

Além disso, no SINASE, em todas as fases das práticas socioeducativas, os(as) adolescentes devem participar ativamente, contribuindo para que processo socioeducativo se pautem nas perspectivas de direitos humanos, de educação para a liberdade e de práticas restaurativas. Como salienta CURITIBA (2014, p. 14), “faz-se necessário um novo olhar ao adolescente atendido, desconstruindo a teoria de que as pessoas aprendem pelas sanções, sofrimento, perdas ou medo e trabalhar de forma a valorizar o diálogo e a autonomia.

1.3. O PERFIL DOS ADOLESCENTES BRASILEIROS QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A adolescência pode ser compreendida por diferentes vieses, segundo YOKOY DE SOUZA, LOPES DE OLIVEIRA E RODRIGUES (2014a). Em um viés cronológico, a

adolescência seria uma etapa da vida que marca a transição entre a infância e a fase adulta. De acordo com o ECA, é considerado adolescente o sujeito dos 12 até os 18 anos incompletos. Em um viés biológico, costumam-se ressaltar as significativas mudanças hormonais e as transformações na corporeidade dos adolescentes. Já em um viés sociocultural, destaca-se a grande diversidade de adolescências possíveis em nosso país, a depender de recortes de gênero, étnico-raciais, socioeconômicos e geográficos, dentre outros.

No contexto brasileiro, a adolescência costuma ser carregada de rótulos sociais pejorativos e os adolescentes são vistos como sujeitos problemáticos, rebeldes, irresponsáveis e descompromissados. Os adolescentes brasileiros são alvo de constantes cobranças e desvalorização social.

As características que costumam serem atribuídas à adolescência, tal como turbulências emocionais e tendência à ação irrefletida, contribuem para sua desvalorização, especialmente quando comparada à vida adulta, fantasiosamente caracterizada como fase de conquista de estabilidade intelectual, equilíbrio emocional e produtividade econômica. (ARAÚJO, LOPES DE OLIVEIRA, 2010, p. 172)

As representações sociais dos adolescentes brasileiros são negativas e fomentam processos em que são estigmatizados e inferiorizados. No entanto, a realidade de um grande número de adolescentes é a de um contexto de grande vulnerabilidade social, em que muitos sofrem diversos tipos de violência e/ou riscos sociais (YOKOY DE SOUZA, LOPES DE OLIVEIRA E RODRIGUES, 2014b).

Os adolescentes, de algum modo, parecem não corresponder ao que foi idealizado a seu respeito pela sociedade adultocêntrica e são vistos como risco à mesma. Com base no senso comum, na espetacularização da violência e na criminalização dos adolescentes (YOKOY DE SOUZA, LOPES DE OLIVEIRA E RODRIGUES, 2014c), a sociedade vem a julgar esses jovens, acreditando que são “marginais” e que estão designados a seguir pelo resto da vida essas “escolhas”. Os adolescentes brasileiros, muitas vezes nomeados pejorativamente como “menores”, são segregados por uma sociedade que os veem como risco, ignorando que muitos desses sujeitos enfrentam diversas violências e tiveram/têm seus direitos básicos negligenciados pelo Estado.

Até a década passada, o perfil do adolescente brasileiro a quem se atribuiu ato infracional era de rapazes entre 16 e 18 anos; que não frequentavam a escola, não trabalhavam e que viviam com a família quando praticaram o delito (YOKOY E LOPES DE OLIVEIRA, 2008).

Em geral, eles não tinham concluído o ensino fundamental, usavam drogas ilícitas e suas principais infrações eram o tráfico de drogas e os atos contra o patrimônio.

Mais recentemente, perfil semelhante reafirmado pelo CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2012), especificou que esses adolescentes possuem entre 15 e 17 anos, carregam um histórico negativo no âmbito escolar, advêm de famílias consideradas socialmente “desestruturadas”, e são visitantes frequentes do “mundo infracional”. Segundo recente estudo crítico acerca das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) para a redução da maioria penal, realizado por NETA, LEMOS, BICALHO E ZAMORA (2015), o perfil dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa no Brasil é, em sua maioria, do sexo masculino, negros, de baixo nível socioeconômico (residindo em periferias ou nas ruas), com baixo nível de escolaridade (ensino fundamental incompleto), e usuários de drogas ilícitas. Apesar de ser este o perfil do adolescente que cumprem Medida Socioeducativa no Brasil, não são apenas estes os adolescentes que cumprem atos infracionais.

É salutar ponderar que não são apenas os adolescentes pobres, negros, moradores de aglomerados que cometem atos infracionais, entretanto, por razões que não são foco direto deste trabalho, a maioria absoluta dos adolescentes que estão cumprindo algum tipo de medida socioeducativa apresentam este perfil. (ALVES, 2010, p.29)

1.4. OS ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Segundo COSTA (2015, p. 29), o adolescente autor de ato infracional é, na maioria das vezes, um sujeito desprovido do acesso aos direitos sociais e às necessidades básicas e tem uma história de vida marcada pela exclusão e marginalização. Pode-se considerar que os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas advêm de um histórico de exclusão social e de violência, que antecede as práticas ilícitas cometidas pelos mesmos. São sujeitos que de alguma forma tiveram violados seus direitos à cidadania.

Apesar da legislação (ex: Constituição Federal, ECA, Lei do SINASE) resguardar os direitos das crianças e adolescentes, na prática, nem sempre isso acontece de maneira efetiva.

[...] o Estatuto da Criança e do Adolescente compreende crianças e adolescentes como cidadãos sujeitos de direito e que, por estarem em uma condição peculiar de

desenvolvimento, passam a ser vistos como prioridade absoluta no que se refere a políticas públicas e proteção social. (DIAS, 2013, p. 72)

Dentre os direitos que devem ser garantidos aos adolescentes brasileiros, inclusive aos adolescentes que se encontram na situação de cumprir Medidas Socioeducativas, destaca-se o direito à educação. Esse direito pode ser traduzido em diversas ações integradas, além da mera matrícula escolar dos adolescentes, como o acesso a condições adequadas para que possam permanecer estudando, a consideração das suas histórias de vida, a oferta de oportunidades diversificadas de aprendizados e desenvolvimento, por exemplo. Segundo CELLA E CAMARGO (2009), apesar de ser garantido na legislação, o direito à educação não tem sido garantido aos jovens infratores e, assim, a intervenção escolar, que é algo tão importante no processo socioeducativo, tem sido dificultada e acaba limitando as possibilidades de novas trajetórias de desenvolvimento.

A trajetória de escolarização da maioria dos adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas é marcada pelo alto índice de evasão e pela baixa escolaridade, como vimos na seção anterior sobre o perfil dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa no Brasil. Segundo CELLA E CAMARGO (2009), a repetência, a dificuldade em conseguir vagas e a evasão escolar são bastante comuns para os adolescentes que cometeram atos infracionais. Segundo DIAS (2013, p 70) “As dificuldades escolares e a evasão são fenômenos comuns na vida de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas e parte significativa dessa população encontra-se fora das escolas.”.

As escolas, em geral carregadas de preconceitos e estigmas contra os adolescentes, ignoram esses sujeitos, calam suas vozes e os desqualificam, reafirmando valores sociais que promovem a marginalização dos adolescentes, de suas formas de expressão e de suas produções culturais, como a arte de rua e as batalhas de rima (YOKOY DE SOUZA; LOPES DE OLIVEIRA; E RODRIGUES, 2014a). Essa marginalização cultural é mais direcionada aos adolescentes das camadas populares, que costumam ser criminalizados e sobre os quais não se possuem expectativas positivas nas escolas brasileiras, como se não fossem capazes de produzir nada de positivo.

Foi fomentada uma “cultura antijovem pobre” (BOCCO, 2008) na qual este é estigmatizado como ‘menor’, parte de uma classe perigosa, que em algum momento fará algum mal para a sociedade. (NETA; LEMOS; BICALHO; e ZAMORA, 2015, P. 289).

Esse cenário de preconceitos contra os adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas se pauta em uma visão ideológica de uma sociedade idealizada como harmônica, sem contradições, sem conflito, a quem o sujeito deve se adequar e REtornar à norma. Atribui-se ao adolescente que cumpre Medida Socioeducativa a responsabilidade de se REsocializar, de se REinserir.

“Responsabiliza-se, então, o próprio indivíduo por sua incapacidade de inserção e utiliza-se o prefixo “re” para reforçar a noção de que é preciso retornar ao estado de normalidade, por meio de expressões como reinserção e ressocialização.” (CELLA e CAMARGO, 2009. P. 287)

Alves (2010) afirma que os adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa são acolhidos nas escolas com olhares de medo e são vistos como aquele adolescente que causará problemas ao ambiente escolar. Permanece o desafio para a escola de traduzir os direitos e os deveres dos adolescentes no cotidiano escolar e na convivência comunitária. Nesse sentido, ela ressalta o importante papel que a escola deveria ter para a garantia de direitos e desenvolvimento dos adolescentes que cometeram atos infracionais. Alves (2010, p. 29) destaca sobre a importância de “Conhecer a realidade do adolescente e não lhe negar sua história de vida é um direito que deve ser garantido a todo e qualquer estudante, independentemente de estar ou não cumprindo Medida Socioeducativa”.

No DF, segundo os dados apresentados no I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – PDASE/DF (2016), para a oferta da escolarização dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas no DF, destacam-se as seguintes atribuições da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

1. Discutir, elaborar e avaliar plano e ações, rotinas e fluxos de acompanhamento da escolarização de adolescentes.
2. Planejar e executar mecanismos que incentivem o acesso, a permanência, a aprendizagem e o êxito dos adolescentes.
3. Proporcionar a integração interdisciplinar entre suas equipes técnicas e as equipes técnicas da SECRIANÇA.
4. Promover e apoiar programas, projetos e ações que contribuam com a escolarização dos adolescentes.

A oferta da escolarização dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas é regulamentada pelos seguintes atos normativos:

- Termo de Cooperação Técnica nº 02/2013 celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) e a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA)
- Portaria Conjunta SEDF/SECRIANCA nº 09/2013 que dispõe sobre as rotinas de acompanhamento da escolarização de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas.
- Portaria Conjunta SEDF/SECRIANÇA nº 03/2014 a qual dispõe sobre a lotação dos profissionais da educação que atuam nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativa e de Internação Cautelar do Distrito Federal e sobre a escrituração escolar dos estudantes.
- Diretrizes Pedagógicas para a Escolarização na Socioeducação (SEDF/2014 – homologadas pela Portaria SEDF nº 278/2014) que orienta a organização do trabalho pedagógico nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas, de Internação Cautelar e nas unidades escolares que atendem adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas de semiliberdade, de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade.

Há apenas dois anos, o CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO emitiu um documento que normatiza as **Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo** (BRASIL, 2015), a partir da constatação da péssima situação da educação no interior do sistema de atendimento socioeducativo. Não existem propostas metodológicas específicas no processo de ensino- aprendizagem para os estudantes em cumprimento de Medida Socioeducativa, tanto em meio aberto quanto em meio fechado. Existem grandes dificuldades de matrícula a qualquer tempo por parte dos sistemas de ensino, revelando o estigma sofrido por adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo no ambiente escolar, particularmente aqueles e aquelas que cumprem medidas em meio aberto e egresso/as do Sistema Socioeducativo.

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica referentes a estudantes em unidades de internação são incompletos e sequer existem dados sobre os estudantes que cumprem Medida Socioeducativa em meio aberto. Inexiste atendimento escolar nas unidades provisórias de internação (casos em que o adolescente permanece por até 45 dias) e faltam normativas sobre o sigilo da documentação escolar dos estudantes em cumprimento de Medida Socioeducativa. Além disso, de acordo com as Diretrizes, para os adolescentes egressos do sistema socioeducativo, não há planejamento intersetorial para o acompanhamento sistematizado desse estudante.

Para os ambientes escolares dentro das unidades de internação de adolescentes, além da inadequação dos espaços educativos, as Diretrizes apontam que há carência de formação específica dos profissionais da educação (professores, gestores e apoio técnico administrativo) que atuam no Sistema Socioeducativo. Prevaecem classes multisseriadas, implementadas sem diagnóstico inicial e sem processos de avaliação contínua. As escolas se subordinam ao regime disciplinar, impossibilitando em diversas situações a presença dos estudantes em sala de aula. Não existe acompanhamento nem monitoramento pelos sistemas de ensino das escolas localizadas em unidades de internação.

Para a consolidação de uma política educacional no sistema socioeducativo, as Diretrizes estabelecem quatro premissas. São elas (BRASIL, 2015, p.02):

1. Garantia do direito à educação para os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas e egressos.
2. Reconhecimento de que a educação é parte estruturante do sistema socioeducativo e de que a aplicação e o sucesso de todas as Medidas Socioeducativas dependem de uma política educacional consolidada no SINASE.
3. Reconhecimento da condição singular do estudante em cumprimento de Medida Socioeducativa e, portanto, da necessidade de instrumentos de gestão qualificados na garantia de seu direito à educação.
4. Reconhecimento da educação de qualidade social como fator protetivo de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa e, portanto, do papel da escola no Sistema de Garantia de Direitos.

Os processos de implementação das Diretrizes e de construção da política de educação para o sistema socioeducativo devem ser guiados por 4 grandes orientações (BRASIL, 2015): o direito ao acesso escolar qualificado; o direito à permanência, acompanhamento e progressão; o direito ao atendimento socioeducativo adequado nos sistemas de ensino; e o direito à ação pedagógica-curricular adequada ao atendimento socioeducativo. Por se tratar de Diretrizes recentes, pouco conhecidas e que podem fomentar a construção de transformações necessárias e urgentes na educação de adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas, apresentamos maiores detalhes sobre cada um dos direitos citados.

O direito ao acesso escolar qualificado envolve, dentre outras ações: a efetivação da matrícula a qualquer tempo, com avaliação diagnóstica e intervenção pedagógica, adequadas às necessidades de aprendizagem dos adolescentes e jovens; a garantia da ampliação da escolarização em todas as etapas, níveis e modalidades de educação e profissionalização com a requerida

qualidade social; a garantia de acesso aos exames/avaliações nacionais e locais e a sua certificação; e a garantia ao egresso do Sistema Socioeducativo de matrícula em escola de sua comunidade e de permanência em programas educacionais.

O direito à permanência, acompanhamento e progressão escolar envolve a disponibilização, a qualquer tempo, da documentação escolar dos estudantes pelos sistemas de ensino, para subsidiar o Plano Individual de Atendimento socioeducativo; a garantia de atendimento às dificuldades de aprendizagem; a garantia de experiências de aprendizagens social e culturalmente relevantes e do desenvolvimento progressivo de suas capacidades cognitivas e construção de conhecimentos, saberes e competências escolares; etc.

Já o direito ao atendimento socioeducativo adequado nos sistemas de ensino abrange: a promoção, pelas escolas, da integração entre seus estudantes, evitando-se a criação de turmas exclusivas para adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas; a adequação das escolas nas unidades de internação, dotando-as de profissionais da educação qualificados, de infraestrutura e equipamentos adequados ao processo de ensino e aprendizagem; o enfrentamento de estigmas e de preconceitos, com garantia do sigilo e anonimato da situação judicial dos adolescentes e jovens; dentre muitas outras ações intersetoriais que envolvem as demais políticas públicas e os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos.

Por fim, o direito à ação pedagógica- curricular adequada ao atendimento socioeducativo engloba a garantia da educação integral ao estudante em atendimento no sistema socioeducativo; a construção de projeto político-pedagógico que apresente um currículo com conteúdos e metodologias adequadas aos estudantes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, balizado nas diretrizes curriculares nacionais; bem como a prevalência da dimensão educativa sobre o regime disciplinar e sobre a dimensão sancionatória das Medidas Socioeducativas, com centralidade na política de escolarização.

Este tensionamento entre a dimensão sancionatória e a dimensão pedagógica, inerentes às Medidas Socioeducativas e às ações realizadas pelas equipes multidisciplinares de atendimento socioeducativo (que incluem pedagogos), são o tópico abordado a seguir.

1.5. A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA/ SANÇÃO *versus* A AÇÃO SOCIOEDUCATIVA/ PEDAGÓGICA

Segundo LOPES DE OLIVEIRA (2016), o processo socioeducativo é contemplado por duas ações que caminham lado a lado: a Medida Socioeducativa e a ação socioeducativa. O processo socioeducativo, portanto, acontece em duas esferas. A primeira é caracterizada pela Medida Socioeducativa em si, definida por lei, referente ao passado, associada à sanção sobre o ato infracional cometido pelo adolescente. Já a segunda esfera, mais desafiadora que a primeira, se refere à ação socioeducativa, associada à aplicabilidade da medida, à ação psicossocial e pedagógica do atendimento socioeducativo. O atendimento socioeducativo ressalta os adolescentes como sujeitos de direitos sociais e coloca o desafio de construir novas alternativas para a inserção social desses sujeitos. É caracterizado como uma “orientação ao futuro”, que tem como perspectiva a ressignificação e reconstrução do futuro, construindo novas perspectivas de vida para o adolescente e para sua família.

A ação socioeducativa é concebida como um conjunto de princípios, concepções e práticas que colaboram para definir os objetivos e caracterizar as diretrizes gerais do atendimento oferecido pelo Estado a adolescentes autores de infração à lei. (LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S., 2016, p. 128).

Para a autora, apesar da distinção entre medida e ação socioeducativa parecer óbvia, os tensionamentos entre a dimensão sancionatória das Medidas Socioeducativas e a dimensão pedagógica do atendimento socioeducativo parecem ser pouco claros para muitos atores da Justiça Juvenil. Em muitos casos de privação de liberdade de adolescentes, por exemplo, são evidentes equívocos graves no que se refere à utilização de Medidas Socioeducativas diante de situações que demandam proteção social e inclusão dos adolescentes e de suas famílias nas ações da política de assistência social. Alguns adolescentes são internados por estar em situação de rua, por enfrentarem insegurança alimentar, por ameaças de morte vindas de grupos rivais. De acordo com o ECA e com a Lei do SINASE, conforme vimos anteriormente, a privação de liberdade aplica-se apenas a casos excepcionais de atos infracionais que envolvem ameaça a vida ou a envolvimento repetido de atos infracionais graves.

“ [...] A notar por alguns pareceres, laudos técnicos e sentenças elaboradas por juízes, muitas vezes, as Medidas Socioeducativas, sobretudo as que envolvem a restrição de liberdade, passam a ser consideradas “pedagógicas” em si mesmas.” (LOPES DE OLIVEIRA, 2016. p. 129, 130)

A dimensão pedagógica, defendida por LOPES DE OLIVEIRA (2016), corresponderia ao campo da ação socioeducativa, campo em que o pedagogo se insere profissionalmente, enquanto membro das equipes psicossociais de atendimento socioeducativo. Por exemplo, nas equipes de atendimento das Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMAs), os pedagogos, em colaboração com psicólogos, assistentes sociais e agentes socioeducativos, costumam exercer a função de orientadores dos adolescentes e seriam responsáveis pelo acompanhamento social, escolar, profissional e comunitário dos adolescentes e de suas famílias, conforme discutiremos a seguir.

1.6. A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA PEDAGOGIA NA SOCIOEDUCAÇÃO

O contexto da Socioeducação conta com a atuação de equipes multidisciplinares de atendimento socioeducativo tanto nos programas em meio aberto quanto nos programas em meio fechado. Nesse contexto, a atuação do pedagogo é extremamente importante e desafiadora, especialmente considerando as novíssimas Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo (BRASIL, 2015) e a primazia da dimensão pedagógica da ação socioeducativa diante da dimensão sancionatória das Medidas Socioeducativas. Assim, CELLA E CAMARGO (2009, p. 286) apontam que “O Estatuto garante a aplicação de medidas denominadas socioeducativas, cuja aplicação requer a participação direta do educador.”

ALMEIDA (2012) destaca a importância do profissional da educação em ambientes não escolares, os quais requerem uma formação crítica e continuada, para que esse profissional atenda as necessidades educativas que se encontram para além dos muros da escola formal. O contexto socioeducativo é um destes importantes contextos de atuação do profissional da educação.

A mesma autora levanta uma crítica relevante quanto o processo de formação do pedagogo para as diferentes áreas de atuação e aponta a necessidade de revisão das diretrizes curriculares do curso de pedagogia, para que possam atuar em contextos educativos diversificados (ALMEIDA, 2012). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de

Graduação em Pedagogia-licenciatura (Resolução CNE/CP N° 1, DE 15 DE MAIO DE 2006), o curso se destina à formação de pedagogos que possam “trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (artigo 4º.)

“É preciso que a função social da instituição acadêmica esteja focada em formar um educador pleno, um educador humano, sensível à realidade que está a sua volta, para que este tenha condições de contribuir social e educativamente, independente do ambiente educativo no qual esteja inserido” (ALMEIDA, 2012, p. 26)

ALMEIDA (2012) ainda salienta a necessidade que o pedagogo precisa ter em mente da transformação da realidade atual dos indivíduos, visando colaborar para a construção de novos objetivos e oportunidades de vida. E, para isso, é necessário se traçar um novo perfil de educador, que seja crítico, sensível e transformador.

Apesar da Socioeducação ter se constituído como um campo crescente de engajamento político e de empregabilidade para o pedagogo nas políticas públicas, a Socioeducação raramente é abordada ao longo da formação do pedagogo e existem poucas pesquisas sobre este tema. Os trabalhos que identificamos a este respeito são recentíssimos, se compõem por estudos também exploratórios e apresentam achados interessantes (ALMEIDA, 2012; FUJINAGA, 2012; MARTINS, 2015; NASCIMENTO, 2017; PARIGI, RIBEIRO e HENZ, 2014;):

- Queixas de que os pedagogos não se sentem preparados para atuar com adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas;
- Carência de disciplinas, estágios, atividades de extensão no campo da Socioeducação ao longo da formação do pedagogo em Graduação;
- Ausência de formação continuada/permanente em Socioeducação, tanto para pedagogos que atuam no meio fechado quanto pedagogos que atuam em escolas regulares e que recebem estudantes adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas em meio aberto.
- Inferiorização do trabalho desempenhado pelo pedagogo no cotidiano do atendimento socioeducativo;
- Pouca diferenciação do papel do pedagogo dos demais socioeducadores, especialmente de psicólogos e assistentes sociais;

- Dificuldades de articulação da política de educação com as demais políticas públicas na rede intersetorial e de proteção aos direitos dos adolescentes (ex: política de saúde, de trabalho, de cultura, de esporte);
- Busca de soluções pedagógicas para: impedir a evasão escolar; combater a discriminação do estudante autor de ato infracional no ambiente escolar; e promover a educação em e para os direitos humanos.

De modo sintético, as atividades realizadas pelo pedagogo na Socioeducação envolvem a coordenação e a supervisão de atividades de educação nas Unidades de Socioeducação, tais como: escolarização formal, oficinas e cursos profissionalizantes, atividades esportivas, atividades culturais, passeios orientados; grupos educativos com familiares dos adolescentes; etc (FUGINAGA, 2012). O pedagogo também participa da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a equipe técnica, o adolescente e sua família; elabora relatórios a serem encaminhados ao juiz; e participa de reuniões internas e externas, com a rede de atendimento socioeducativo local (ex: estudos de caso, Conselhos de Classe, Conselhos disciplinares).

Apenas um material institucional de unidade de internação de adolescentes no Paraná, citado por FUGINAGA (2012), diferencia o papel do pedagogo de outros socioeducadores. Ao pedagogo caberia:

- “- Planejar, coordenar e desenvolver as ações da área pedagógica da unidade, incluindo as atividades escolares, oficinas formativas, ocupacionais e profissionalizantes, atividades recreativas, culturais e esportivas;
- Realizar a programação das atividades pedagógicas, formação das turmas e acompanhamento das atividades;
- Realizar a avaliação educacional e levantamento do histórico escolar dos adolescentes para compor os relatórios técnicos e estudos de caso;
- Participar da recepção dos adolescentes, prestando as orientações necessárias referentes à área pedagógica da unidade;
- Acompanhar o desempenho, participação e aproveitamento dos adolescentes nas atividades pedagógicas e da rotina diária, avaliando seu comportamento geral e evolução no cumprimento da medida socioeducativa;
- Elaborar planos de intervenção para o desenvolvimento da ação socioeducativa personalizada junto aos adolescentes;
- Identificar adolescentes com transtornos de aprendizagem e necessidades especiais para traçar um plano de intervenção individualizado;

- Acompanhar e supervisionar a execução do PROEDUSE (Programa de educação nas Unidades de Socioeducação), junto com a coordenação do programa, participando da sua organização e viabilizando o atendimento às necessidades especiais educacionais dos adolescentes;
- Orientar as famílias dos adolescentes, a fim de garantir a continuidade das atividades escolares após o desligamento” (PARANÁ, 2006, p. 80, APUD Fujinaga, 2012).

O SINASE preconiza a composição multidisciplinar das equipes de atendimento, para que o(a) adolescente seja compreendido(a) em sua integralidade. No entanto, diante da comum falta de pessoal técnico nas unidades e programas socioeducativos em todo o país, a equipe multiprofissional se torna frequentemente reduzida e o atendimento socioeducativo, que deveria ser interdisciplinar e individualizado, é substituído pela figura do “técnico de referência” (LOPES DE OLIVEIRA, 2016).

A redução das equipes técnicas nos programas de atendimento socioeducativo colabora para que as especificidades de atuação psicossocial de cada profissional sejam eliminadas e para que as contribuições específicas de cada área de conhecimento sejam desprestigiadas. Neste contexto de trabalho, frequentemente, todas as categorias profissionais são homogeneizadas como “as técnicas”, “os técnicos”, “o setor técnico” e são solicitadas a realizar os mesmos procedimentos e atingir os mesmos objetivos.

(...) o técnico de referência de cada adolescente seria o profissional da unidade de atendimento com o qual ele estabelecesse melhor vínculo empático e colaborativo, portanto escolhido como figura de referência, confiança e afeto, entre os integrantes da equipe multiprofissional. Entretanto, na falta de equipes, o técnico de referência converte-se no único profissional (assistente social ou pedagogo ou psicólogo) que manterá contato individual com um número de adolescentes, ao longo do cumprimento da medida, sendo o responsável pela elaboração e avaliação do cumprimento das metas do PIA. Ele é também o principal mediador entre o adolescente e o sistema de justiça, por meio da emissão dos relatórios de avaliação”. (LOPES DE OLIVEIRA, 2016, p. 130)

No que se refere ao papel do pedagogo-orientador educacional da Rede Pública de Ensino do DF no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em Medida Socioeducativa, a pesquisa de NASCIMENTO (2017) indica que se precisa avançar para além da atuação como “bedel”, “apagador de incêndio”, “faz tudo”, “aplicador de dinâmicas” para motivar estudantes e/ou “produtor cultural” nas atividades festivas. A atuação deste profissional se orienta ao desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo a promoção de aprendizagens significativas,

criticidade, cidadania, criatividade e protagonismo, e deve interagir com o meio sociocultural dos adolescentes.

A pesquisa de MARTINS (2015) sinalizou que a atuação do pedagogo na Socioeducação do DF costuma se restringir a ações administrativas e burocráticas, como: fazer matrículas escolares, procurar cursos profissionalizantes e oportunidades de trabalho para os adolescentes. Existiria pouco espaço para a elaboração ações que ampliem a visão de mundo dos adolescentes.

No entanto, compreendemos que o profissional da Pedagogia pode exercer diversas outras funções, além das atividades pedagógicas previstas em Projetos Político- Pedagógicos das Unidades de atendimento socioeducativo e da elaboração de relatórios avaliativos dos adolescentes para subsidiar as tomadas de decisão judiciais. Alguns exemplos são trabalhos de conscientização sobre circunscritores socioeconômicos que canalizaram suas trajetórias infracionais e de colaboração com os adolescentes e suas famílias, para que construam novas trajetórias de desenvolvimento, orientadas pela garantia de direitos e pela inserção escolar, profissional familiar, comunitária e social.

Pensar somente em Re-socialização, Re-integração, não é suficiente e reforça os processos de exclusão social dos adolescentes brasileiros. Consideramos que é importante que o pedagogo atue com ações que acolham os adolescentes nas escolas e nas unidades socioeducativas; que incentivem posturas de esperança; e que apostem na possibilidade de mudança dos adolescentes envolvidos com atos infracionais. Esse processo é iniciado no trabalho pedagógico desenvolvido em espaços educacionais diversificados, nas escolas e nos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto e em meio fechado. Para tanto, é importante se investir em uma formação profissional diversificada para o profissional da Pedagogia.

Apesar da frequente redução do pedagogo à figura do “técnico de referência” e dos enormes desafios associados ao atual momento de desrespeito aos direitos dos adolescentes brasileiros, consideramos que o pedagogo é peça-chave para a consolidação de uma política educacional no sistema socioeducativo e para que a educação fomente mudanças sociais mais favoráveis ao desenvolvimento pleno de adolescentes, prevenindo os diversos riscos e/ou vulnerabilidades sociais, a que grande parte dos adolescentes brasileiros está exposta, inclusive os adolescentes autores de atos infracionais.

Para tal, é necessária a importante reflexão e problematização do papel fundamental que o pedagogo assume nos diversos momentos do processo socioeducativo. Para lidar com a relativa lacuna de estudos sobre o tema, realizamos este estudo exploratório sobre o papel do pedagogo na Socioeducação, cujos objetivos serão apresentados na próxima seção.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL:

- Analisar o papel do profissional da Pedagogia no campo da Socioeducação, a partir das significações construídas pela equipe multiprofissional de uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto no Distrito Federal.

2.2. ESPECÍFICOS:

- Analisar as concepções da equipe de atendimento sobre Socioeducação.
- Analisar a percepção dos socioeducadores sobre a formação do pedagogo para atuar na Socioeducação.
- Identificar as significações da equipe multiprofissional de atendimento socioeducativo sobre a atuação profissional do pedagogo na Socioeducação.
- Contribuir para a valorização da atuação profissional do pedagogo nos programas de atendimento socioeducativo.

3. METODOLOGIA

Esse capítulo visa apresentar a metodologia desenvolvida ao longo do processo da pesquisa realizada. Primeiro, serão apresentadas considerações sobre diretrizes metodológicas para a pesquisa qualitativa; a metodologia de entrevista semiestruturada, utilizada para o levantamento de dados; e a análise dessas entrevistas através dos núcleos de significação. Na sequência, apresentamos o contexto da pesquisa; seus participantes; e os materiais e instrumentos utilizados. Depois, são detalhados os procedimentos de construção dos dados e os procedimentos de análise dos dados.

Inicialmente, pensei e discuti junto à minha orientadora quais as possíveis metodologias de pesquisa qualitativa poderiam ser utilizadas para a coleta de dados deste Trabalho de Final de Curso. Juntas, chegamos à conclusão de que a entrevista narrativa semiestruturada seria o caminho mais adequado para o alcance dos objetivos propostos. A entrevista, segundo AGUIAR E OZELLA (2006), é um instrumento de grande riqueza para a coleta de dados dentro da pesquisa qualitativa, permitindo ao pesquisador analisar diversas significações construídas pelos entrevistados. Estes autores consideram que é necessário que as entrevistas possuam dimensão e consistência suficientes para que sejam evitadas inferências inadequadas. Caso seja necessário, deve-se consultar o participante mais vezes, a fim de aprofundar as reflexões, eliminar possíveis dúvidas que emergem ao longo do processo interpretativo, e, simultaneamente, realizar uma pré-análise e uma construção conjunta de sentidos e significados em cima do material de entrevista.

De acordo com SILVA E TERCI (2016), a entrevista narrativa é um instrumento de construção de dados que encoraja o entrevistado a contar histórias e construir narrativas sobre algum acontecimento importante da sua vida e/ou do seu contexto social, com a intencionalidade reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos participantes da pesquisa.

Utilizei a entrevista narrativa semiestruturada, por permitir ao pesquisador, com base em um roteiro previamente elaborado, a oportunidade de complementar ou aprofundar as informações e obter informações adicionais, esclarecendo pontos que possivelmente possam ter ficado obscuros. Assim, foram elaborados dois Roteiros de Entrevista, organizados com base nos objetivos da pesquisa, que serão descritos posteriormente.

3.1.Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Distrito Federal, que já fora acolhedora com a pesquisadora para a parte prática de uma disciplina no início da sua Graduação. A UAMA funciona desde o ano de 2013 e conta com uma equipe composta por 2 pedagogos, 2 psicólogos, 2 assistentes sociais, além de agentes socioeducativos e servidores técnico- administrativos. Para preservar o sigilo das informações, o nosso campo de pesquisa será identificado apenas como UAMA.

A UAMA é responsável pelo acompanhamento de adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC). De acordo com o I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – PDASE/DF (2016), a equipe da UAMA realiza o primeiro atendimento (acolhimento inicial) ao adolescente encaminhado pela Unidade de Atendimento Inicial (NAI), para identificar as demandas e para promover a vinculação do adolescente e suas famílias, para que criem ou mantenham o vínculo com a equipe. Os servidores verificam no Sistema de Informação Para Infância e Adolescência (SIPIA) o histórico desse(a) jovem, com o propósito de dar continuidade às ações já realizadas na unidade anterior (NAI ou Unidade de Internação Provisória).

Após o acolhimento inicial, são realizados encontros para a elaboração e pactuação do Plano Individual de Atendimento do Adolescente – PIA, onde serão traçados objetivos e metas para serem desenvolvidos ao longo da permanência no cumprimento da medida. Em geral, as metas mais comuns são: providenciar documentação civil (identidade, CPF, carteira de trabalho); matrícula e/ou acompanhamento da escolarização; inserção em atividades de esporte, cultura, lazer, cursos profissionalizantes; participação nas atividades em grupo da UAMA; entre outros.

No DF, em geral, os adolescentes que cumprem PSC comparecem 02 (dois) períodos por semana nas instituições que firmaram Termo de Cooperação Técnica com a SECRIANÇA, para cumprirem a medida. A PSC é cumprida pelo prazo de 01 a 06 meses, conforme sentença, por até 08 (oito) horas semanais. A equipe da UAMA fica responsável por acolher o adolescente e sua família. Na sequência, é verificada a existência de vagas nas instituições para a prestação de serviços. Havendo vaga, os adolescentes são recebidos pelo orientador socioeducativo, momento em que são passados os esclarecimentos sobre as normas de trabalho da instituição e sobre qual será o papel do socioeducando no estabelecimento. A equipe da UAMA deve estar em constante contato com o orientador socioeducativo, com o adolescente e família.

Finalizado o processo, tanto da medida de LA quanto da PSC, é elaborado o relatório avaliativo, considerando os aspectos do PIA. O parecer dos especialistas pode ser tanto no sentido de liberar o adolescente quanto solicitar uma advertência em juízo ou a continuidade por mais tempo vinculado à UAMA. Nos casos de descumprimento ou não localização do paradeiro do adolescente, também é encaminhado relatório informativo ou avaliativo ao judiciário para dar conhecimento e solicitar providências, como a informação do novo endereço, a regressão da medida ou o que se fizer necessário.

3.2.Participantes

Foram entrevistados 3 Especialistas em Assistência Social da equipe multiprofissional da UAMA: uma pedagoga, uma psicóloga e uma assistente social. Todas as participantes de pesquisa possuem experiências profissionais anteriores, dentro e fora dos programas de atendimento socioeducativo do DF. A Tabela 1 abaixo sintetiza informações que caracterizam os participantes da presente pesquisa.

Tabela 1. Caracterização das participantes da pesquisa

Codínome	Profissão	Idade	Tempo na Socioeducação	Experiências profissionais
Alice	Pedagoga	38 anos	9 anos	Meio aberto e meio fechado
Olívia	Psicóloga	61 anos	31 anos	Meio aberto e meio fechado, além de Serviços Socioassistenciais diversificados.
Rosie	Assistente Social	33 anos	9 anos	Meio aberto e meio fechado, além de escola técnica.

3.3.Materiais e instrumentos

Para a realização das entrevistas, foram utilizados os seguintes materiais: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A); Roteiro de entrevista com Pedagogo (Apêndice B); Roteiro de entrevista com Psicólogo e com Assistente Social (Apêndice C); além da função de gravador de áudio de celular pessoal da pesquisadora.

Os roteiros semiestruturados de entrevista investigaram temáticas diversas, como: formação acadêmica; trajetória de atuação socioeducativa; motivações e expectativas sobre o trabalho na Socioeducação; concepções sobre Socioeducação; concepções sobre os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas; eficácia do atendimento socioeducativo; concepções sobre a atuação do pedagogo na Socioeducação; e funcionamento da equipe multidisciplinar de atendimento socioeducativo.

3.4.Procedimentos de construção de dados

Os procedimentos de coleta de dados ocorreram em 2 momentos. O primeiro ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2017 e envolveu procedimentos de preparação para a coleta de dados, como obtenção de autorizações para a pesquisa, visitas preliminares, reuniões institucionais e convites para entrevista.

Primeiramente, foi realizado o contato inicial com a UAMA, que foi campo de outra pesquisa que realizei em 2013, no início da minha graduação. Neste contato inicial, me apresentei como pesquisadora e estudante de Pedagogia da UnB, apresentei o meu projeto de pesquisa e verifiquei a disponibilidade da instituição e dos profissionais em participar da pesquisa. Foi realizado contato com o(a) coordenador(a) da UAMA, que me direcionou aos profissionais das áreas da Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. Prontamente, os integrantes da equipe da UAMA se dispuseram a colaborar na pesquisa. Após alguns contatos, verificou-se a disponibilidade pessoal em participar da pesquisa e se agendaram previamente dias e horários para a realização das entrevistas, com cada entrevistada, de modo a respeitar o cotidiano de trabalho já estabelecido no campo de pesquisa.

O **segundo momento** da coleta de dados aconteceu nos meses de setembro e outubro, por meio da realização de entrevistas narrativas em profundidade e semiestruturadas com 3 membros da equipe multidisciplinar de atendimento da UAMA: uma pedagoga, uma psicóloga e uma assistente social. Todas as entrevistas foram realizadas na UAMA, com a duração média de 38 minutos, conforme detalhamento na Tabela abaixo.

Tabela 2. Detalhamento dos procedimentos das entrevistas

Codínome	Profissão	Dia da entrevista	Horário de início	Horário de término	Duração da entrevista
Alice	Pedagoga	12/09/2017	16:50	17:22	32 minutos
Olívia	Psicóloga	12/09/2017	17:30	18:18	48 minutos
Rosie	Assistente Social	13/10/2017	08:52	09:26	34 minutos

Antes da entrevista, foi pactuado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Primeiramente, expus às entrevistadas a importância e a necessidade de que as falas fossem gravadas e, somente após o consentimento formal das mesmas, dei início ao processo de entrevista. O celular foi colocado no modo gravador, sobre a mesa da sala de cada participante, de modo que captasse o áudio de maneira clara.

As entrevistas seguiram roteiros semiestruturado (Apêndices B e C) preparados previamente. A pesquisadora tomou algumas notas ao longo da interação de entrevista, com pontos a serem aprofundados ou retomados ao longo do processo de entrevista. O registro dos áudios das entrevistas foi transcrito integralmente pela própria pesquisadora, conforme pactuado com os participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, a fim de garantir o sigilo da identidade da instituição e dos participantes, todos foram tratados por codinomes escolhidos pela pesquisadora.

3.5.Procedimentos de análise de dados

O procedimento para a construção dos indicadores empíricos da pesquisa foi inspirado na proposta de análise de núcleos de significação para entrevistas. A análise de núcleos de significação, segundo Aguiar e Ozella (2006), segue 4 passos principais, a saber:

- a) leitura flutuante e levantamento de pré-indicadores, para que os pesquisadores se familiarizem e se apropriem dos dados e organizem pré-indicadores a partir de critérios como frequência, maior carga emocional, ambivalências, etc.
- b) construção de indicadores, a partir da aglutinação dos pré-indicadores considerando critérios como: similaridade, complementaridade, contradição.
- c) construção dos núcleos de significação, nomeados a partir da aglutinação de indicadores, utilizando os mesmos critérios do passo anterior.
- d) análise dos núcleos de significação: ampliação do processo interpretativo do investigador, articulando os dados com as teorizações sobre o objeto de investigação e com o contexto social, político, econômico e histórico.

Após seguir o processo de análise, à luz da proposta de AGUIAR e OZELLA (2006), considerando os objetivos da pesquisa e buscando explorar o papel do pedagogo na Socioeducação, foram levantadas as significações que se destacavam no material analisado por sua repetição e/ou por sua ênfase.

Assim sendo, foram construídos um total de 8 núcleos de significação, a partir das entrevistas:

- Núcleo 1: “A Socioeducação enquanto educação para a sociedade, para a reflexividade e para o protagonismo”
- Núcleo 2: “A gente, como pedagogo, desconhece mesmo a Socioeducação”
- Núcleo 3: “Aqui em Brasília, todo mundo busca concurso público”
- Núcleo 4: “Foi organizando e melhorando o trabalho, dentro do caos e da EUquipe apagadora de fogo”
- Núcleo 5: “ A gente tem feito projetos muito diferentes. Eu gosto muito de trabalhar com Socioeducação”.
- Núcleo 6: “Tem hora que dá vontade de sair correndo...”
- Núcleo 7: “A caixinha profissional do pedagogo na equipe multidisciplinar de atendimento socioeducativo”
- Núcleo 8: “O pedagogo é a base da Socioeducação”

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos, apresentamos e discutimos os resultados que foram construídos nesta pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme veremos ao longo de toda a análise dos dados, procurou-se articular as informações empíricas da pesquisa, sistematizadas em 8 núcleos de significação, com a revisão da literatura sobre o papel do pedagogo na Socioeducação.

4.1. Núcleo 1: “A Socioeducação enquanto educação para a sociedade, para a reflexividade e para o protagonismo”

Eu acho que é reinserção desse menino na sociedade. Como um indivíduo mesmo, participativo, né, como um cidadão crítico. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Os objetivos (da Socioeducação) é só esse mesmo... reinserir, reinserção social. Mas, como um todo. Trabalhando a saúde, a educação, a profissionalização, né. Pra colocá-los de volta na sociedade, acho que eles precisam ter acesso a esses serviços. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Cada vez mais eu fico pensando que (Socioeducação) é exatamente assim: o educar para a sociedade, o educar para estar, né, pra se integrar, pra conviver, pra ter uma convivência satisfatória, feliz. (...) A questão assim, de você educar pra que a gente conviva bem. Transgredir, fazer coisas que afetam essa convivência, não cabe. Então, assim, você educa pra que a pessoa tenha condições de participar do meio, né? De se integrar de uma forma saudável. E feliz, mesmo que a gente, as vezes né, não compactue com os mesmos ideais, mas que a gente saiba como fazer com que isso seja possível. Ideias diferentes, mas convivendo juntos. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

A Socioeducação poderia chamar outra coisa. Não sei, né. Porque as pessoas pensam logo assim: “Ah, vai reabilitar, vai recuperar”. E eu não gosto muito desse termo, não, porque não é por aí. Uma vez eu escutei um negócio que é muito bonito. É uma história de uma tribo africana que, toda vez que alguém da tribo desviava o seu caminho, eles reuniam todo mundo e cantavam o canto daquela pessoa. Cada pessoa naquela aldeia tinha um canto pra lembrar pra aquela pessoa quem ela era, qual era o rumo dela, por que ela saiu fora do rumo. Então, eu diria que (a Socioeducação) seria, talvez, ajudar a pessoa a reencontrar o seu rumo, né. Que, em alguma hora aí da vida, desviou. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Este núcleo é composto por significações associadas à Socioeducação enquanto campo de atuação profissional. A pedagoga entrevistada considera que a Socioeducação atua prioritariamente com a garantia de direitos e o acesso a políticas públicas, com a inclusão social dos adolescentes autores de atos infracionais, bem como com a promoção da sua participação ativa, da sua cidadania e do seu posicionamento crítico no mundo.

Além disso, as socioeducadoras entrevistadas enfatizam que os objetivos da Socioeducação envolvem a educação para o convívio social, para o respeito às diferenças, para promover reflexividade, para a reconstrução identitária, para a ampliação de experiências e possibilidades de escolhas; e para exercer um papel ativo na construção de novas trajetórias de desenvolvimento. Para isso, utiliza-se uma narrativa que remonta um cumprimento utilizado por tribo da República da África do Sul, conforme descrita por TIMÓTEO (2016). Esta narrativa é permeada por valores interpessoais de respeito, de valorização do outro, de presença educativa, de coletividade e por desejos de paz, segurança, amor e felicidade. Segundo a análise deste autor, esta narrativa reafirma a dignidade da pessoa humana como princípio jurídico, na forma relacional de interdependência necessária.

Apesar da pedagoga entrevistada utilizar termos como “REinseção social”, “REsocializar”, a psicóloga entrevistada critica termos como “REabilitar” e “REcuperar”. O posicionamento destas socioeducadoras se articula às discussões de CELLA e CAMARGO (2009) sobre o prefixo “re”, comumente utilizado na Socioeducação. Para estas autoras, este acaba por reforçar a noção de que é preciso que o adolescente que cometeu ato infracional seja reencaixado em padrões sociais para que se retorne a um suposto estado de harmonia social, ignorando o cenário de preconceitos e exclusão social da sociedade brasileira.

4.2. Núcleo 2: “A gente, como pedagogo, desconhece mesmo a Socioeducação”

Eu nunca tinha tido contato (com Socioeducação) antes do concurso. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Acredito que nem todas as faculdades dão direcionamento pra essa área. (...) Acho que nenhuma né. Eu acho que deveria ter no curso, né, porque é uma formação tão rica... assim... a Socioeducação. E a gente desconhece mesmo. (...) Eu acho que deveria ter realmente uma ênfase maior dos currículos das universidades (...) seria bem rico mesmo e teria mais interesse de pedagogos, né. Eu acho que o pedagogo... a atuação fica muito limitada à sala de aula assim né. A gente já sai da faculdade... meio que vou fazer um concurso pra Secretaria de Educação, né, e esquece que existem outros âmbitos assim de atuação (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

O currículo da pedagogia, ele tá muito envolvido com todas as teorias, todas as metodologias e enfim... Mas, não tanto do fazer profissional. E, quando entra num fazer profissional, ele é muito centrado na questão escolar. Então, se quer trabalhar na Socioeducação eu acho que podia sair um pouquinho desse universo escolar e começar a enxergar realmente assim, a pedagogia pra além disso, pra além desse universo escolar, e muito além mesmo (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Eu gosto muito de trabalhar com isso. Mas eu não gostava, não. No início, eu não conhecia, né. Não sabia o que fazer direito. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Este núcleo é composto por significações associadas à fragilidade de formação inicial e à invisibilidade da atuação do pedagogo na Socioeducação durante a graduação em Pedagogia. A pedagoga entrevistada somente entrou em contato com conhecimentos sobre adolescentes em conflito com a lei, sobre Socioeducação, quando precisou estudar para concurso específico, após a sua Graduação. Sugeriu que os pedagogos poderiam se interessar mais em atuar nesta área, caso tivessem acesso a oportunidades de conhecer a Socioeducação durante a sua Graduação. Este resultado converge com as críticas realizadas por ALMEIDA (2012) e por MARTINS (2015) sobre a necessidade de que a formação em Pedagogia subsidie a atuação concreta em contextos educativos diversificados, para além do aprofundamento em fundamentos teórico-metodológicos para atuação docente em contexto escolar.

Nossas entrevistadas posicionam-se a favor de uma reformulação na formação do pedagogo, para que construa competências profissionais necessárias à Socioeducação. Criticam que a formação acadêmica do pedagogo é centrada na escola, no desenvolvimento infantil, associada à educação infantil e séries iniciais, e é guiada por poucos momentos de prática, muitas vezes, reduzindo a educação à escolarização.

A ausência de contato prévio com a Socioeducação antes do concurso e a falta de conhecimentos prévios sobre a atuação do profissional do pedagogo na área da Socioeducação também foram verificadas anteriormente por outras pesquisas (ALMEIDA, 2012; FUJINAGA, 2012; MARTINS, 2015; PARIGI, RIBEIRO e HENZ, 2014). A maior parte dos pedagogos relata não se sentir preparados para atuar com adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas e nunca participaram de nenhuma disciplina, estágio ou projeto de extensão que abordasse a Socioeducação ao longo da Graduação. Apenas a assistente social entrevistada relatou ter realizado disciplinas que a aproximaram da Socioeducação, como disciplinas sobre direitos humanos, sociopedagogia e economia solidária.

Além disso, as socioeducadoras entrevistadas sinalizaram demanda por ações de formação continuada para o desenvolvimento profissional na Socioeducação e para o trabalho em equipe multiprofissional. Conforme problematizado por NASCIMENTO (2017), permanece a ausência de formação continuada/permanente em Socioeducação, tanto para pedagogos que atuam

no meio fechado quando pedagogos que atuam em escolas regulares e que recebem estudantes adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas em meio aberto No DF

4.3.Núcleo 3: “Aqui em Brasília, todo mundo busca concurso público”

Eu tinha interesse em trabalhar com o público, mas não sabia realmente a atuação nossa dentro das medidas, né, no contexto (socioeducativo) (...) não tinha interesse real na área, não. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

No início, quando me colocaram pra trabalhar, eu falei “Gente, eu não quero, não quero”. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Eu tinha mais (expectativa inicial de trabalho) voltada à área profissional, não na educacional mesmo. Na profissionalização, de tentar inserir no mercado de trabalho. Eu acho que esse sempre foi o meu ideal: de colocar o sistema ‘S’ dentro do sistema socioeducativo, atuando mesmo de forma eficiente, eficaz assim, sabe. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Eu me lembro o primeiro atendimento meu. Eu, morrendo de medo. Li o prontuário... tanto que eu peguei o hábito de não ler o prontuário. Só ler depois. (...) Eu li o prontuário e pensei: “Poxa, esse menino matou alguém! Nossa!” Eu nunca tinha lidado com isso, então, eu fiquei apavorada. Aí, depois eu peguei o hábito de não ler, só ler depois. Por quê? Porque eu vi um menino grande, perto dos seus 18 anos, na minha frente, com mais medo de mim do que eu dele. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Aqui em Brasília, assim, quem são os concurseiros... Todo mundo busca concurso público... (...) Inicialmente, você está desempregado, você faz todos os concursos que surgem, né (...) foi nesse período de bolão de concursos (...) Eu tenho o desejo sim de, às vezes, se houver essa possibilidade, né, de fazer outros concursos em outras áreas, se for o caso,. É gostoso também variar. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Este núcleo é composto por significações associadas ao início do trabalho pedagógico na Socioeducação, incluindo as motivações e expectativas iniciais para este trabalho pedagógico. O ingresso do pedagogo na Socioeducação, de acordo com nossos dados e com a revisão da literatura, parece ser caracterizado mais pelo interesse generalizado em conseguir um emprego, em passar em um concurso público e em obter um salário fixo e estabilidade profissional, do que pelo interesse genuíno na Socioeducação enquanto uma área já conhecida e reconhecida (MARTINS, 2015). As expectativas iniciais da pedagoga entrevistada eram a de atuar para a inserção dos adolescentes em ações de profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

A Socioeducação ainda é um campo ignorado pelo pedagogo em formação, conforme discutido no núcleo de significação anterior. Este desconhecimento possui como consequências um baixo interesse inicial de pedagogos, psicólogos e assistentes sociais em trabalhar no sistema socioeducativo, bem como o medo dos adolescentes autores de ato infracional (baseado exclusivamente em informações de prontuários).

4.4.Núcleo 4: “Foi organizando e melhorando o trabalho, dentro do caos e da EUquipe apagadora de fogo”

A gente atendia tudo. Era menino de rua, menino em risco social. Com a chegada do ECA a gente começou a atender o que a gente chamava de LA, Liberdade Assistida da medida, do Artigo 112, e o 101 que era proteção né, a medida protetiva. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Nosso atendimento era numa sala grande assim, com todos socados ali. Quando alguém ia atender, “gente, dá licença” e saía da sala. Todo o resto da equipe saía da sala. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Nós temos uma organização muito boa no nosso trabalho. Foi organizando, melhorando, dentro do caos. Então, qualquer adversidade... a gente sabe se virar. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Eu era também apagadora de fogo. Eu dizia que eu não era psicóloga, eu era bombeira. (risos) Mas com a ajuda do povo lá da UnB, eu agradeço muito, toda uma equipe por trás, que nos ajudaram a montar uma forma de trabalhar mais organizada né. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

A gente mal chegava... era terrível. Eu era a única técnica do setor. Eu brincava e chamava de “Euquipe”. (...) Nós 3 apagando fogo. Durante muito tempo foi assim. Não tinha nada de SINASE, nada disso. E a gente sempre falando que o atendimento não podia ser assim. E fazendo o melhor que nós podíamos. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Este núcleo é composto por significações da psicóloga entrevistada, que possui mais de 30 anos de atuação socioeducativa, associadas à percepção de melhorias no trabalho, com o ECA e com o SINASE. Com as novas normativas e legislações, ocorreram avanços na infraestrutura dos Serviços Socioassistenciais e os atendimentos destinados a medidas protetivas e a Medidas Socioeducativas se organizaram de modo paralelo, porém articulado.

As significações sinalizaram para melhorias nas condições de trabalho, no funcionamento das equipes multiprofissionais de atendimento e na própria organização dos processos de trabalho. De acordo com LEAL e do CARMO (2014), a Lei do SINASE trouxe

inovações para a administração pública do Sistema Socioeducativo, com o estabelecimento de princípios, regras e critérios a serem seguidos na execução dos programas socioeducativos.

As entrevistas também posicionaram outros atores sociais, como educadores sociais da rede socioeducativa e as Universidades, como importantíssimos parceiros para a reorganização dos processos de trabalho na Socioeducação. Outros pesquisadores que investigaram o tema da atuação do Pedagogo na Socioeducação, (ALMEIDA, 2012; FUJINAGA, 2012; PARIGI, RIBEIRO e HENZ, 2014; MARTINS, 2015) também dão importância ao papel das Universidades para a melhoria do sistema socioeducativo, por meio da construção de conhecimentos sistematizados e de formação inicial e continuada dos atores do sistema.

4.5.Núcleo 5: “ A gente tem feito projetos muito diferentes. Eu gosto muito de trabalhar com Socioeducação”.

[...] ele chegou aqui meio perdido [...] e participou da restaurativa, que é um projeto que a gente tá hoje [...], é junto com a vara de execução de medida socioeducativa. É como se fosse uma conciliação, aí a gente coloca pro menino se ele quer participar desse processo. Aí esse menino ele topou. Ele tinha tentado roubar um carro de uma menina, aí a gente foi atrás dela, propomos esse... [...] esse projeto é um olhar pra vítima, por que na verdade nunca houve isso no sistema brasileiro, de olhar pra vítima. É sempre o agressor que é visto. [...] ela é uma professora de escola pública, tem todo esse conhecimento do social e ficou super empolgada. Eles tiveram um encontro [...] e esse menino [...] chorou muito, por que ele falou: “Nossa, agora eu entendi o que ela passou. Por que pra mim foi uma atitude tão impensada...” E aí ele não se vê mais nesse contexto; passou no processo seletivo no banco do Brasil e foi considerado o melhor estagiário nacionalmente do banco; vai ser contratado. Então assim... foi uma mudança tremenda de vida. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

É você ter garra, acreditar (sobre atuar na socioeducação) que você vai conseguir pelo menos salvar 1. Porque se você desmotiva, acaba que fica com o trabalho precarizado. É permanecer sempre motivado e acreditando neles, na mudança deles. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Assim, tem uma coisa bacana, que é bacana, que eu adoro, que a gente faz. É o grupo “Saúde legal”. Adoro! São meninos que estão no uso da droga, né, das substâncias psicoativas, né. E a gente... não é tentar dizer assim “Ó, é ilegal. Não pode consumir, não. Você tá estragando sua vida. ”. Não, não é isso. A gente, assim, pra que eles reduzam os danos, né, do uso da tal substância, seja ela qual for. [...] Essas coisas podem ser terapêuticas, sabe? “Vamos ver um teatro? ”. “Ah, não gostei da peça”. “Tudo bem, mas, você foi ver lá o que é.” Então, seria assim: ajudar a ampliar os horizontes dessas pessoas. Eu falo pessoas, porque não é só o adolescente. São os pais, a família. Quando a gente consegue envolver toda a família, porque nem sempre consegue. Na época que eu trabalhava no (nome da Unidade), né, era um trabalho socioeducativo. A gente fazia até jantar para os pais dançarem. Vamos esquecer de tudo. Vamos dançar, ver coisa boa. Mas, aqui, às vezes, não tem, né. Fica só trabalho, trabalho, trabalho. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Hoje, se me tirarem da medida socioeducativa, eu peço demissão. Eu gosto muito de trabalhar com isso. (...) Com a ajuda do pessoal da UnB e desse educador de rua, eu fui aprendendo, fui gostando, fui me apaixonando. Hoje, não me tira daqui não, que eu gosto. (risos) Se me tirar daqui, eu peço demissão. (...) Eu amo o que eu faço. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Eu adoro o trabalho. Isso me agrada bastante. Trabalho bem dinâmico. (...) A gente tem feito projetos muito diferentes aqui. Então, assim, não cansa. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Este núcleo é composto por significações associadas aos aspectos positivos do trabalho na Socioeducação, tais como o prazer em realizar o trabalho com os adolescentes, o aprendizado colaborativo e bidirecional no convívio com os adolescentes, o reconhecimento social do trabalho e a ampliação das possibilidades de atuação profissional nos programas de atendimento socioeducativo. São narrados sentimentos de felicidade, prazer, amor, paixão, ajuda e dinamismo pelo trabalho na Socioeducação.

As socioeducadoras entrevistadas relatam satisfação em trabalhar no atendimento socioeducativo, dando exemplos de ações inovadoras como a realização de oficinas educativas, de grupos de discussão sobre uso indevido e abuso de drogas com base na perspectiva da redução de danos, de ações educativas junto às famílias dos adolescentes, utilizando linguagens artísticas e ações de convivência familiar e comunitária (teatro, exposições plásticas, origami, dança).

Este resultado diverge da maior parte dos estudos sobre o trabalho na Socioeducação, que costumam enfatizar apenas as precárias condições e relações de trabalho. Uma pesquisa que também identificou significações positivas construídas por socioeducadores é o estudo realizado por Yokoy de Souza (2012), em que foram sinalizadas mudanças subjetivas percebidas como positivas após o início do trabalho na Socioeducação, como o desenvolvimento de competências socioemocionais (ex: assertividade, autocontrole emocional), humildade, autoestima e maturidade pessoal. Muitos socioeducadores relatam terem desenvolvido habilidades sociais diversificadas (ex: conviver em equipe; maior tolerância diante de comportamentos confrontadores dos adolescentes); habilidades comunicativas (ex: estratégias de mediação de conflitos); estratégias de enfrentamento de estresse; e melhor sensibilidade para perceber o clima de um ambiente. Além disso, relataram ter desenvolvido uma maior consciência das desigualdades sociais, da exclusão social no país, da violação de direitos garantidos pela legislação.

4.6. Núcleo 6: “Tem hora que dá vontade de sair correndo...”

Acho que não existe esse... o retorno. Não tem esse amparo do Estado. Da gente conseguir mandá-los pra todas essas políticas e consigam ser inseridos e realmente absorvidos por elas. Não existe isso. [...] Mas a maioria quer, a maioria quer mesmo. Por isso que a gente está aí defendendo e buscando ajudá-los, tentando colocá-los em programas. Mas assim, a gente vê que o jovem candango, por exemplo, é um programa governamental que é profissionalizante, e a maioria dos meninos que começam a trabalhar e ver como é e conseguem ganhar um dinheiro lícito, eles se transformam, sabe. Mas a gente não tem acesso a esses programas. Se todos os meninos tivessem acesso a isso a reincidência seria zero. [...] Se tivessem um amparo real do estado, acho que a maioria seria recuperado mesmo (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

A gente enfrenta muito desafio, pra questão da inclusão social... Muitos deles, assim, envolvem a questão da política pública, né, o acesso à política pública. E a uma política pública eficaz. São duas coisas que hoje a gente tem enfrentado como dificultadores, (...) Vamos incluí-lo, né, na educação. Vamos incluí-lo na saúde. Vamos incluí-lo na assistência social. Vamos incluí-lo no trabalho. Vamos. Só que essas política também estão sucateadas, não dão conta, não absorvem, e também não estão apresentando uma eficácia, né, no seu desenvolvimento. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Só não gosto assim: Já tem um bom tempo que o nosso trabalho é muito burocrático... Retomar os atendimentos de grupo, com família... isso nós estamos fazendo acho que do ano passado pra cá. Já tem uns 3 anos que a gente tá retomando esse trabalho. Mas ainda é muito burocrático. Acho legal. Tem que registrar, tudo bem, mas é burocrático demais. A gente vem tentando tirar isso um pouquinho, mas ainda é. E não estou nem falando de relatório pra juiz, nem relatório de encaminhamento, que isso é super necessário. Como é que a pessoa vai saber, né? Mas, assim, eu considero muito registro. Se eu pudesse me livrava muito dessa história do burocrático e ficava mais no pessoal, sabe? Os atendimentos pra mim era melhor. Mas não tem jeito. É necessário. Um trabalho chato, mas é necessário. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Eu tenho um ódio de político, que vou te falar... Governador que vem aqui... Só lembra na eleição essas coisas. (...) Eu nunca vi governo nenhum dar atenção pra gente, sabe? Isso irrita(...). Eles não dão muita bola não. [...] Valorizar o nosso trabalho tá, que é de prevenção, é de prevenção terciária, mas é de prevenção, né? (...) Então, hoje em dia a gente até consegue né, porque nós somos muito teimosos. Pelo amor que a gente tem ao trabalho, a gente vai atrás. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Hoje, já melhorou muito... mas demorou a melhorar (...) E tem que ter muito amor viu? Tem hora que dá vontade de sair correndo... (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Em contraposição ao núcleo anterior, este núcleo é composto por significações negativas associadas ao trabalho na Socioeducação, tais como: as dificuldades de articulação intersetorial; a dificuldade de acesso a políticas públicas eficazes (ex: educação, saúde, esporte, cultura e assistência social); a promoção de fatores que previnam atos infracionais e de trajetórias de desenvolvimento humano distanciadas das infrações; as dificuldades associadas à convivência

familiar e a exclusão escolar e produtiva; a burocratização do trabalho; a falta de condições de trabalho; e o desconhecimento, a invisibilização e o desrespeito ao trabalho realizado no sistema socioeducativo. São utilizadas metáforas bélicas e signos que remetem a barreiras, para significar os desafios enfrentados ao longo do trabalho na Socioeducação, tais como luta, batalha, busca, enfrentamentos, fuga, sucatas. Também são usados sentimentos de insatisfação, infelicidade, ódio, ineficácia, chatice, reclamações, irritação, incômodo.

As narrativas da pedagoga entrevistada sinalizam a necessidade de maior aproximação entre os diversos serviços e atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), estruturado no país a partir da nova concepção de proteção integral, do ECA. O SGD representa as instâncias de promoção, defesa e controle dos direitos da criança e do adolescente no país (LEAL e do CARMO, 2014), Pela Resolução 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA),

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (Resolução nº 113 de abril de 2006).

O princípio da incompletude institucional deve nortear todo o sistema socioeducativo; assim, preconiza-se pela máxima utilização de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes. (LEAL e do CARMO). No entanto, conforme discutido por Yokoy de Souza (2012), a incompletude institucional para o atendimento socioeducativo requer ações integradas e permanentes, que envolvem um conjunto de instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e organizações da sociedade civil. Os programas de atendimento socioeducativo precisam ser articulados com outros serviços e programas de garantia dos direitos dos adolescentes. No entanto, o princípio de incompletude institucional parece não ser experienciado no cotidiano dos programas de atendimento socioeducativo, segundo o ponto de vista das nossas entrevistadas.

A burocratização do trabalho também foi frequente nas narrações das socioeducadoras entrevistadas, que defendem um maior investimento em ações interpessoais junto às famílias dos adolescentes, em atendimentos em grupo, para além do excesso de registros e de relatórios. Além disso, as entrevistadas consideram que o seu trabalho não é reconhecido, nem pelo governo e nem pela sociedade, e que suas condições de trabalho são bastante precárias. Existem ocasiões em que

enfrentam longíssimas esperas para que suas solicitações sejam atendidas e/ou precisam utilizar seus recursos financeiros pessoais para realizar atividade de apoio atendimento socioeducativo (ex: comprar lanches, conseguir transporte para conduzir adolescentes a atividades de convivência comunitária, etc.).

Os resultados indicam a necessidade de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos profissionais, de investimento em ações socioeducativas de caráter preventivo a vulnerabilidades e/ou riscos sociais e relacionais, bem como de fortalecimento da rede de proteção dos direitos dos adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas.

4.7.Núcleo 7: “A caixinha profissional do pedagogo na equipe multidisciplinar de atendimento socioeducativo”

Quando a gente entrou, não tivemos nenhum tipo de ajuda assim... de como atender. Então assim, como eu não tinha nenhum tipo de contato na faculdade, do que seria, de como seria esse atendimento... [...] (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

[...] ao pedagogo, a reinserção na escola, né, porque a gente tem esse contato direto com as escolas daqui. [...] aí, a gente já encaminha o nome dos adolescentes que estão fora da escola e automaticamente arrumam uma vaga nessa escola pro adolescente. Então, eles não ficam fora da escola, a não ser que realmente não queiram estudar. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

O pedagogo é tão importante nessa atuação mesmo, sabe... nesse processo de ressocializar, né. Que é por meio da educação que a gente consegue né, tirar eles do contexto infracional. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Não sei, não. Meu Deus, o que seria o pedagogo (na Socioeducação)? Menina, eu não sei responder. Não sei. Pergunta difícil. (risos) [...] Acho que uma pessoa (...) bem especialista (...) de ajudar esses meninos a encontrarem, vamos dizer assim, o seu caminho dentro da escolaridade. Porque a escolaridade não é só a escola. Lógico que a escola tem a sua importância. Um bom professor, uma boa escola, né... (...) O pedagogo, assim, ele conduz né, conduz o socioeducando nessa linha da educação formal (...) Não é alguém que vai te dizer o que que você vai estudar. A tua escolarização é você que faz, mais do que qualquer coisa. Eu acho que o pedagogo seria um guia dentro dessa viagem, né. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Eles (os adolescentes) não enxergam o profissional (pedagogo, psicólogo, assistente social) especificamente não. (...)Fulano? Técnico. Inclusive, era técnico, na época lá. Hoje, a gente passou a ser... a nomenclatura passou pra especialista. Mas, os meninos sempre chamaram “minha técnica é fulana”, “meu técnico é fulano”. Então, não tem a ver com a profissão. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Mesmo naquele iniciozinho lá em 2008, o pessoal começou(...) era o conhecer, se reconhecer, assim, o *locus* do profissional de cada área. (...) (Na época), a unidade de internação de (nome da cidade) tava abrindo, nós abrimos a unidade, ela não existia (...)

Então, quando nós entramos na unidade lá (...), cada profissional tentando se identificar no seu espaço. E o pedagogo era um desses que tava pra saber o que o pedagogo deveria fazer. Porque o pedagogo não atuava, por exemplo, no atendimento, no atendimento individual. A formação do pedagogo não incluía algum tipo de trabalho, digamos assim, o tête-à-tête com o menino... Desenvolver um processo ali, diretamente... Ele não conseguia se enxergar naquele processo. E, aí, eu lembro que, nessa época, pelo menos, da minha leitura, foi quem mais sofreu foram os pedagogos. Porque, assim, assistente social já tem que trabalhar realmente com isso. A gente já trabalha com casos específicos, trabalha com os contextos familiares e comunitários. O psicólogo já trabalha com atendimentos individuais, já trabalha também com a questão de grupos e famílias. Então, não tinha essa dificuldade. E o pedagogo se sentia não fazendo parte desse universo. Não sabia onde se inserir. Então, assim, ao longo desses anos já tiveram grupos de trabalhos realmente, assim, de pesquisa, sobre o que cada um deveria fazer. [...] Pra te falar bem a verdade, hoje, assim como era antes, mesmo entrando um pessoal novo pra poder oxigenar (...), não mudou muita coisa. Porque você tem a especificidade, né? Um assistente social, o psicólogo e o pedagogo. Mas, no fazer profissional, na salinha, você é um socioeducador, né. Você não é o assistente social ... Assim, a sua bagagem profissional, ela entra, mas, ela não é o que você precisa exclusivamente [...] (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Tem as equipes de referência, né... um assistente social, um pedagogo e um psicólogo e um agente socioeducativo para um número “X” de adolescentes. Chegou-se a pensar que cada um trabalharia na sua caixinha profissional, né. O pedagogo, por exemplo, se inserir dentro da educação e da profissionalização de uma forma. O assistente social, família, rede. O psicólogo dentro da saúde e dentro de terapias. Enfim... Mas, não deu certo. Porque até mesmo a logística desse funcionamento é muito complicada. E outra, que não tem como... Você tá conversando com um indivíduo, ele tá ali, te trazendo uma demanda que ele vem colocar pra você e você não tem como falar “Olha só, conversa comigo só sobre o aspecto da educação. Vamos aqui. Só educação. Como é que foi a sua caminhada pela a educação?” “Não, mas aí eu comecei a usar maconha...” “Você fala da maconha pra psicóloga, que vai te inserir.” Não é interessante e não funcionava. Porque não é isso. Não é caixinha, né. Mas, ainda é uma construção. Não te digo que é uma coisa que, tá acabada, não. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Os profissionais estão sempre se questionando sobre realmente o seu lócus profissional, se tá invadindo alguma coisa... Não deixa de, às vezes invadir. Tem assistente social que começa a clinicar como se fosse psicólogo. Tem pedagogo que começa realmente também a... Eu não via pedagogo sendo professores... Isso eu não vi (risos). Apesar que eu lembro que, na (nome de unidade de internação), até teve um momento que todo mundo começou a ser professora, mesmo pra os meninos terem aula lá, já que não tinha professor. Mas a invasão mesmo de algumas áreas profissionais... que a gente tem que ficar assim, um pouco mais esperto. Mas o atendimento ele é... você é um socioeducador, não difere. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

A gente ainda vive todos esses questionamentos, né... O que que difere um profissional do outro? Na minha concepção, é a bagagem profissional. Você traz essa bagagem, você traz todos os instrumentos profissionais que você... Faz uma diferença muito grande. E o que que vai fazer diferente, por exemplo, do que eu tenho? O que você tem? No momento do estudo de caso, você coloca pra mim o que você acha que deveria ser pra aquele caso, que demandas, que encaminhamentos que deveriam ser feitos, que eu deveria priorizar... Se eu tenho alguma dificuldade, você colocaria pra mim, eu te ajudo, eu estou ali participando. Então, assim, a troca profissional é nesse momento, e a riqueza profissional também é na hora eu a gente senta e vai fazer um grupo diferente. E cada um traz o seu fazer profissional ali, né. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Este núcleo é composto por significações associadas ao papel desempenhado pelo pedagogo nas equipes de atendimento socioeducativo, que costuma ser significado como a pessoa que faz a mediação do sistema socioeducativo com a escola. Esta percepção evidencia uma redução da educação e da dimensão pedagógica da Socioeducação à escolarização formal. A pedagoga entrevistada enfatiza que o papel do pedagogo é importantíssimo na Socioeducação e compreende que a educação colabora para o rompimento de trajetórias infracionais.

Por um lado, as socioeducadoras entrevistadas narram dificuldades em especificar as especificidades do papel do pedagogo na Socioeducação. Estas narrativas ilustram a pouca diferenciação do papel do pedagogo dos demais profissionais, especialmente de psicólogos e assistentes sociais, homogeneizados enquanto “técnico de referência” ou “socioeducadores” da equipe multidisciplinar e que compartilham metodologias de escuta ativa, construção de vínculo com o adolescente, empatia, respeito, troca, e os mesmos instrumentos e processos de trabalho. Conforme problematizado por LOPES DE OLIVEIRA (2016), diante de equipes reduzidas, as especificidades profissionais e o atendimento interdisciplinar são diluídas e é criada a figura do “técnico de referência”.

O PIA- Plano Individual de Atendimento do Adolescente é o referencial de trabalho de todos os profissionais das equipes multidisciplinares de atendimento socioeducativo. .

De acordo com nossas entrevistadas, os protocolos de atendimento na UAMA são idênticos para pedagogos, psicólogos e assistentes sociais. Os três profissionais atuam na construção de vínculos de confiança com o adolescente que cumpre Medida Socioeducativa como primeiro passo para a ação socioeducativa.

Os adolescentes também homogenizam pedagogos, psicólogos e assistentes sociais por meio de rótulos como “aquela mulher lá” (sic), não percebendo nenhuma diferença entre estes profissionais. De acordo com as profissionais entrevistadas, os adolescentes sequer gravariam os nomes das suas “técnicas de referência”, especialmente, nos programas de meio aberto. Não costumam diferenciar, portanto, os modos de trabalho e nem as categorias profissionais dos diferentes “técnicos de referência”.

A identificação do *locus* específico de trabalho e dos limites dos espaços de atuação dos profissionais de cada área da Socioeducação tem sido um longo processo e é questionado pelas nossas entrevistadas, significando-o pejorativamente como “caixinha profissional”. Para as

entrevistadas, esta tarefa é especialmente árdua para os pedagogos, considerando que os psicólogos costumam realizar atendimentos individuais, grupais e familiares em profundidade e ações de articulação com a política de saúde. Também os assistentes sociais trabalhariam com contextos familiares e comunitários e realizariam encaminhamentos para a rede intersetorial, segundo a percepção das entrevistadas. Aos pedagogos, seria atribuída a dimensão da educação e da profissionalização dos adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas. As entrevistadas criticam o engessamento do atendimento socioeducativo por categorias profissionais. Afirmam que o atendimento socioeducativo, se realizado apenas de modo multidisciplinar e isolado não funciona. Consideram que é muito mais interessante e eficaz, quando é realizado de modo coletivo, cooperativo e interdisciplinar.

Por outro lado, as entrevistadas sinalizam que uma das especificidades da atuação do pedagogo na Socioeducação é que o pedagogo cumpre a função de mediador das trajetórias educativas dos adolescentes, para além da escolarização formal. No campo socioeducativo, tratamos de uma concepção ampliada de educação. As entrevistadas também defendem que existem conhecimentos e instrumentos específicos do pedagogo (“bagagem profissional”) que subsidiam ações diferenciadas dos psicólogos e dos assistentes sociais

As equipes multiprofissionais empregam estratégias diversificadas para trocar experiências e apoiar o trabalho de seus membros, como: estudos de caso; realização conjunta de atendimentos em grupo; participação em grupos de estudo; oferta de apoio em questões específicas de cada área de conhecimento, bem como procuram participar de grupos de discussão sobre as especificidades de atuação de cada categoria profissional que integra a Socioeducação, de modo a evitar a “invasão” das áreas. Estas ocasiões são significadas como momentos ricos de construção coletiva de conhecimentos e de estratégias interdisciplinares de atendimento socioeducativo.

Nossas entrevistadas defendem, portanto, que não existam separações rígidas entre o trabalho desempenhado por cada profissional desta equipe de atendimento. Assim sendo, dentro do sistema socioeducativo, independente da especialização profissional, todo profissional é um socioeducador.

4.8.Núcleo 8: “O pedagogo é a base da Socioeducação”

O pedagogo é tão importante nessa atuação mesmo, sabe... nesse processo de ressocializar, né. Que é por meio da educação que a gente consegue né, tirar eles do contexto infracional. [...] Acho que é tentar mudança de vida assim... porque a gente sabe que é só por meio da educação mesmo, né. A escolarização deles é muito precária. E, aí, é tentar motivá-los a

mostrar um novo mundo, né. Que é por meio do estudo que se consegue alcançar os objetivos, né. Não da forma ilícita como eles estão acostumados, né. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Pra mim, quando eu entrei na internação, o pedagogo pra mim ele era o principal. Eu falava “Gente, sócioEDUCAÇÃO.” Assim, era voltado pra educação mesmo. Não num sentido pedagógico só, mas pelo sentido... pelo da educação. [...] Era um questionamento que ficava indignada com os pedagogos estarem lá tudo sem saber o que fazer. E falava “Gente, mas vocês é que são o responsável por pensar realmente assim, digamos na matriz do que que seria o fazer profissional dentro de uma internação.” Teria que ser o pedagogo que deveria dirigir todas as ações de uma unidade de internação. Deveria ser o pedagogo. No meio aberto, deveria ser o pedagogo. Que poderia realmente construir. Tá, o acessar a rede poderia não ser por ele, mas, ele poderia construir o que da rede seria primordial para questão mesmo educativa, pedagógica... Enfim, ampla. Não só da caixinha ali dentro, não só educação formal. Mas o processo pedagógico é muito mais do que isso. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

E eu acho que esse é o grande desafio nosso, né: tentar tornar pra eles a escola como uma coisa motivadora. Que, pra eles, hoje é totalmente desestimulante. [...] Eu acho que deveria haver uma mudança no sistema educacional, porque eles não conseguem inserir esses meninos novamente. Eles ficam muito defasados... Por mais que tenha aceleração, tenha EJA, não é a mesma coisa, né. Até porque o EJA é só um turno e eles são adolescentes, né... Meninos com 15 anos... Então, eles ficam totalmente desmotivados. Teria que ter uma reestruturação ali pra recebê-los e tornar essa escola mais idealizadora... deles terem motivação mesmo... Acho que esse seria o ideal. [...] Porque hoje não é (inclusão). É simplesmente: “vamos recebê-los, pra dizer que tá na escola”. Entendeu? Mas não existe isso assim, na real. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

E, às vezes, assim: o menino não quer estudar, mas é dado ao trabalho. Não quer estudar. Não quer estudar e a gente fica: “Menino, volta estudar!”. “Pô, você tinha se matriculado e agora você saiu? Por quê?” Porque a escola não acolhe muito bem. Tem preconceito em cima deles. E muito. Pelo amor de Deus, se o cara tá lá dentro da escola, é porque tá querendo alguma coisa. E a escola, o que tá oferecendo, né? Tem escola que oferece além... Outras não. [...] “Cara, mesmo do jeito que a escola está, você vai ter um nortezinho nessa questão da escolaridade”. “Poxa, tem *internet*, vai no *Google*, vai no mestre *Google*, entendeu?” Esclarece mais. “Deve ter alguma coisa de interesse no que você tá aprendendo”. (Olívia, psicóloga, 31 anos de experiência na Socioeducação)

Tem professores que, assim, tem horror ou pavor do menino de LA (Liberdade Assistida). E a gente sempre senta e fala “Escuta, um menino de LA, ele foi antes seu aluno aqui, normalzinho, sentadinho. A diferença é que a justiça pegou esse, mas aquele outro ali, que tá sentadinho ali, você sabe se ele tem transgredido normas como forma de se expressar? Como forma e lidar com algumas situações, como sendo realmente uma escolha da sua vida. Não interessa. Você sabe se ele por um acaso, tá cometendo algum crime? Você só vai saber depois que a justiça realmente o apreender, né. Mas não sendo, é um estudante normal como outro qualquer”. “Ao invés de ter medo e pavor daquele de LA, tenha medo e pavor porque você não conhece seus alunos, né. Você não conhece o universo que aquela galera tá vivendo.” [...] A gente tá tentando sempre essa parceria, sempre essa aproximação com as escolas, a gente vê como a escola tá muito... é retrógrada. Em termos de tudo. De sociedade, ela tá lá atrás. Ela não acompanhou todo o progresso da sociedade. E se o pedagogo vai se inserir nesse trabalho, nessa... o envolvimento dele tem que ser muito maior. (Rosie, assistente social, 9 anos de experiência na Socioeducação)

[...] a gente sempre insere eles no PSG por exemplo, PSG é um programa de gratuidade. E a gente trabalha com eles, né, por que às vezes eles chegam aqui e nem sabem o que cada curso faz, não sabe escolarização exigida [...] Muitas meninas por aqui “ah, eu vou

ser manicure.” Ah, você quer ser manicure? [...] pra ser manicure você tem que ter ensino fundamental completo, pelo menos... E aí eles ficam: “Sério? Precisa disso?”. Qualquer coisa que seja, você precisa estudar. Então é mais ou menos nesse... a gente vai mostrando pra eles, e muitos vão entendendo. (Alice, pedagoga, 9 anos de experiência na Socioeducação)

Este núcleo é composto por significações associadas à importância do pedagogo na Socioeducação, especialmente no que se refere ao seu papel de mediador da educação para romper com a trajetória infracional e para promover a inclusão social dos adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas, com destaque para a escolarização e para a profissionalização. Para nossas entrevistadas, o pedagogo deveria ser o ator principal no atendimento socioeducativo, com ações de inclusão escolar e social de adolescentes autores de ato infracional, de direção de unidades socioeducativas em meio aberto e em meio fechado e de articulação de rede essencial para fortalecer a dimensão pedagógica do atendimento socioeducativo, para além de ações associadas à educação formal dos adolescentes.

As narrativas das entrevistadas também destacaram o protagonismo do pedagogo diante dos desafios da inclusão escolar de adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas e de tornar a escola um ambiente acolhedor para eles. A escola costuma ser hostil com os adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas, conforme discutido por diversos autores (DIAS, 2013; CELLA E CAMARGO, 2009; NETA; LEMOS; BICALHO; e ZAMORA, 2015) e conforme constatado pelos estudos que geraram a construção das Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo (BRASIL, 2015). A pedagoga entrevistada reconhece as fragilidades das trajetórias de escolarização destes adolescentes, mas defende que pode atuar na construção de motivações para o regresso aos estudos e de novas possibilidades de futuro.

Verificamos, portanto, tanto por parte da profissional da Pedagogia, quando por parte das demais socioeducadoras da equipe da UAMA, um esforço coletivo na busca de soluções pedagógicas para impedir a evasão escolar, combater a discriminação do estudante autor de ato infracional no ambiente escolar e para promover a educação em e para os direitos humanos.

Após a apresentação e discussão dos resultados que foram construídos nesta pesquisa, encerramos nossas reflexões com uma seção de Considerações Finais, com uma síntese dos principais destaques identificados na pesquisa, as limitações teóricas e metodológicas da pesquisa, além de sugestões para futuras atividades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho Final de Conclusão de Curso, foi analisado o papel do profissional da Pedagogia nos campo da Socioeducação, a partir das significações construídas pela equipe multiprofissional de uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto no Distrito Federal (UAMA). O novo cenário socioeducativo, desenhado há 5 anos, com a Lei do SINASE, e há 2 anos, com as Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo, implica na redefinição da formação do pedagogo, a fim de desenvolver competências profissionais orientadas para a afirmação de direitos, a proteção social e para o desenvolvimento do trabalho psicossocial com os adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas, suas famílias e suas comunidades.

Ao longo da pesquisa, evidenciamos a demanda por dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos pedagogos na Socioeducação, a partir de uma concepção ampliada de educação e da primazia da dimensão pedagógica da ação socioeducativa. Maiores investimentos na formação de pedagogos são necessários, de modo a promover a sua apropriação de conhecimentos e metodologias do campo socioeducativo. Destaca-se a premência de fortalecer as articulações intersetoriais dentre os diferentes atores e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos dos adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas.

Os resultados desta pesquisa indicam a necessidade de uma formação acadêmica, de formação inicial e de formação continuada/permanente direcionadas aos pedagogos interessados em se desenvolver profissionalmente no campo da Socioeducação. Também sinalizam a necessidade da construção de um perfil profissional e do fortalecimento da identidade profissional do pedagogo que atua na Socioeducação. Além disso, nossos resultados apontam para a necessidade de uma maior valorização dos pedagogos neste importante espaço de atuação profissional. Por fim, destacamos como uma importante contribuição dada por esta pesquisa o posicionamento interdisciplinar e flexível defendido pelas socioeducadoras entrevistadas, que consideram que o atendimento socioeducativo é melhor executado de modo coletivo e cooperativo, dentre os diversos profissionais especializados na Socioeducação.

Metodologicamente, é importante buscar aperfeiçoar o processo de condução de entrevistas narrativas, ampliando a articulação entre os diferentes níveis de análise e a quantidade de socioeducadores entrevistados. Uma dificuldade enfrentada para a realização de estudos sobre

o papel do pedagogo na Socioeducação é o longo processo de solicitação de autorizações para pesquisas com os adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas junto aos órgãos competentes pela política socioeducativa local. Com isso, foi necessário realizar a investigação com profissionais de apenas uma UAMA do DF.

Como se trata de um tema relevante e pouco investigado, por conta desta pesquisa se tratar de estudo exploratório, permanece a necessidade de investimentos em pesquisas longitudinais e com maior amostragem sobre o papel dos pedagogos na Socioeducação. Considerando que se procura dar voz protagonista aos adolescentes na Socioeducação, sugere-se que estes sejam entrevistados sobre o papel do pedagogo nas equipes de atendimento socioeducativo em futuras pesquisas, com maior intervalo de tempo para a sua realização. Além disso, recomendamos que existam maiores estudos que possam clarear e publicizar as atribuições e ações realizadas por pedagogos na Socioeducação.

Como desdobramentos da pesquisa, pretendo dar continuidade ao estudo, com a realização de entrevistas com mais pedagogos que atuam no sistema socioeducativo e com a publicação de um artigo científico sobre o tema. Além disso, resultados parciais desta pesquisa já foram recentemente apresentados em dois eventos acadêmicos- profissionais: A Semana Universitária da UnB (outubro de 2017) e o Simpósio Nacional em Socioeducação: a escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva (novembro de 2017). Em ambas as ocasiões, obtivemos um *feedback* muito positivo sobre a relevância do estudo para a qualificação do atendimento socioeducativo realizado por profissionais da Pedagogia.

Também pretendo realizar um encontro de retorno da pesquisa na UAMA que acolheu o estudo, para compartilhar as análises realizadas e dialogar sobre as interpretações feitas. Já está agendada mais uma entrevista com um pedagogo da UAMA e foram feitos contatos com outros pedagogos do sistema socioeducativo do DF, a partir de rede de contatos estabelecida na ocasião do Simpósio Nacional em Socioeducação, para futuro aprofundamento da presente pesquisa.

Como educadora, pretendo trabalhar na área da Socioeducação, consciente do meu papel na e para com a sociedade; compreendendo que a atuação do pedagogo se dá para muito além da escola, se dá para mundo; buscando sempre me aperfeiçoar quanto profissional, a fim de ser relevante, sendo um agente transformador onde quer que eu esteja; e contribuindo para a valorização da atuação profissional do pedagogo nos programas de atendimento socioeducativo.

Finalizo o meu Trabalho Final de Conclusão de Curso com as profundas palavras do Professor Vital Didonet (2001):

Para você me educar
Você precisa me conhecer [...]
Precisa saber e entender
As verdades, pessoas e os fatos [...]
Para você me educar
Precisa me encontrar lá onde eu existo [...]
Para você me educar
Precisa estar comigo onde eu estou [...]
A educação que eu necessito
É aquela que faz de mim mais eu,
Que desperta o mistério do meu ser,
As potencialidades adormecidas.
É uma educação que promove minha identidade
pessoal.
Eu me educo fazendo cultura
E nesse ato de geração cultural
Eu construo o meu ser, na relação dialógica
homem / natureza.

(Para você me educar...)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. **Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos**, São Paulo, p. 222-245, 2006.

Almeida, V. V. de Reflexões sobre o processo de formação do pedagogo: experiência e análise de formação pedagógica com adolescentes cumprindo Medidas Socioeducativas. **Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia**. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. 2012.

ALVES, V. A Escola e o adolescente sob medida socioeducativa em meio aberto. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, 3,: 23-35 2010.

ARAÚJO, C. M. de e LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educação em Revista**, 26 (3), 169-194. 2010

BRASIL . Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, jul 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP N° 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, n.92, seção 1, p.11- 12, mai. 2006.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Brasília – DF. 2015

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE) regulamenta a execução das Medidas Socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Conselho Nacional de Educação**. Brasília – DF. 2015

CELLA, S. M. ; CAMARGO, D. M. P. Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. **Educação e Sociedade** [Em linha]. Vol. 30, nº 106, p. 281-299. 2009

CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CONANDA. Resolução no. 106/2006. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: **Conanda**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Panorama nacional: a execução das Medidas Socioeducativas de internação. Programa Justiça ao Jovem. **Conselho Nacional de Justiça**. 2012.

COSTA, D. L. P. C. de O. As adolescentes e a Medida Socioeducativa de Internação: rompendo o silêncio. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Universidade de Brasília. 2015

CURITIBA. Programa do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE. **Prefeitura Municipal de Curitiba**, Fundação de Ação Social. 2014

DIAS, A. F. Entre sociabilidade e movimentos de resistência: o significado da educação escolar para jovens autores de ato infracional. **Revista Eletrônica de Educação**, 7 (1), 70-87. 2013

FUJINAGA, C. S. O pedagogo na medida socioeducativa de internação. **Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia**. Universidade Estadual de Maringá. 2012

LIMA, Iêda. Para você me educar. Disponível em: <http://iedalima-educarparaser.blogspot.com.br/2011/04/para-voce-me-educar.html>. Acesso em 19 de novembro de 2017.

LEAL, M. L. e DO CARMO, M. F. Os direitos humanos dos adolescentes: os tratados internacionais e a legislação brasileira. Em: C. B.E. de Oliveira e P. B. P. Moreira, **Docência na Socioeducação** (pp. 181-194). Brasília: Universidade de Brasília. 2014

LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. **A ação socioeducativa no contexto da justiça juvenil: Interloquções com a Psicologia Escolar**. Em: Meire Nunes Viana e Rosângela Francischini (Orgs.), **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** (p. 126-139). Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 2016

MACHADO CELLA, S. POMPEO DE CAMARGO, D. M. Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. **Educação & Sociedade**, 2009.

MARTINS, E. S. A atuação do pedagogo em uma unidade de semiliberdade do DF: Profissionais com máscaras sem script. **Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia**. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. 2015

NASCIMENTO, I. S. O pedagogo-orientador educacional no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós- Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. 2017

NETA, F. T. B.; LEMOS, F. C. S.; BICALHO, P. P. G.; E ZAMORA, M. H. Uma Análise Crítica de Propostas de Emendas Constitucionais para a Redução da Maioridade Penal. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, 13, 287-317. 2015

PARIGI, C. de R.; RIBEIRO, E. T. L.; e HENZ, C. I. Formação Permanente do(a) pedagogo(a) nos espaços socioeducativos. VI- FIPED- **Fórum Internacional de Pedagogia**. 30 de julho a 01 de agosto de 2014. Santa Maria/RS – Brasil. Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP). Acesso em: 15/11/17. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_25_05_2014_21_12_57_idinscrito_1524_d72a2a66a376d76a0c16dd587aae7fc8.pdf . 2014

PDASE. I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal. Brasília: **Governo de Brasília**, 2016.

RANIERE, É. A inversão da medidas socioeducativas. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014

RODRIGUES, D. S.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. E SOUZA, T. Y. DE. O estigma do “menor-objeto” e a criminalização da adolescência no Brasil. Em: C. BISINOTO, **Docência na Socioeducação** (p. 147-160). Brasília: Universidade de Brasília. 2014c

SILVA, V. C. S. e TERCI, C. Concepções de professores da rede pública de educação do Distrito Federal sobre inclusão escolar. Em: Meire Nunes Viana e Rosângela Francischini (Orgs.), **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** (p. 110-125). Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 2016

TIMÓTEO, S.M. SAWABONA S, “Eu sou bom”. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, Ano 2, no. 1, 2016. Acesso em 09/11/17.

Disponível em: http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/1/2016_01_1563_1592.pdf

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Cartilha Socioeducação: Adolescentes em conflito com a lei**. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 2012. Acesso em:

03/09/17. Disponível em:

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/tj_pr/consij_pr_socioeducacao_2012.pdf

YOKOY DE SOUZA, T.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. E RODRIGUES, D. S.

Adolescência como fenômeno social. Em: C. BISINOTO, **Docência na Socioeducação** (p. 119-129). Brasília: Universidade de Brasília. 2014a

YOKOY DE SOUZA, T.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. E RODRIGUES, D. S.

Contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras. Em: C. BISINOTO, **Docência na Socioeducação** (p. 131-145). Brasília: Universidade de Brasília. 2014b

YOKOY DE SOUZA, T. Processos de Desenvolvimento de Educadores Sociais do Sistema de Medidas Socioeducativas: indicadores de formação. **Tese** (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A–Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de um estudo para fins de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o papel do pedagogo na Socioeducação, conduzido por mim, Gabrielle Sabrine Pires Costa, estudante de Pedagogia na Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação da profa. Tatiana Yokoy de Souza. O objetivo da pesquisa é compreender o papel do profissional da Pedagogia nos programas de atendimento socioeducativo.

Convidamos o(a) senhor(a) a participar desse estudo, por meio de entrevista sobre o tema, com duração estimada de 30 minutos. O áudio da nossa entrevista será gravado e seguirá um roteiro semiestruturado de perguntas. O áudio será transcrito por mim, que me comprometo a tratar e guardar o material da pesquisa de modo ético e sigiloso. Asseguro o anonimato da sua identidade e da instituição em que você atua, preservando sua privacidade, segurança e conforto em participar da pesquisa.

A sua participação é voluntária. Você fica à vontade para desistir da participação ou para não responder alguma pergunta quando não desejar ou se sentir constrangido(a). Como benefícios da pesquisa, esperamos contribuir para o aperfeiçoamento das práticas profissionais realizadas pelo pedagogo na Socioeducação. Os resultados serão disponibilizados por meio de Trabalho Final de Conclusão de Curso público e me coloco à disposição para agendar um encontro de retorno da pesquisa.

A qualquer momento da pesquisa, você também pode me solicitar esclarecimentos e tirar qualquer dúvida que apareça. Para tanto, disponibilizo meu telefone (61) 98550-7175 e meu *e-mail* de contato gsabrine95@gmail.com.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é redigido em duas vias, sendo uma para você e outra para a pesquisadora.

Desde já, agradeço seu interesse e a sua valiosa contribuição nesse estudo.

Nome da pesquisadora: Gabrielle Sabrine Pires Costa

Assinatura da pesquisadora: _____

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Brasília, _____ de _____ de 2017.

Apêndice B – Roteiro de entrevista com Pedagogo

Entrevistadora: Gabrielle Sabrine Pires Costa

Dia da entrevista: _____

Local de realização da entrevista: _____

Horário de início da entrevista: _____

Horário de encerramento da entrevista: _____

1. Aquecimento

- Cumprimentos iniciais. Apresentações. Negociação dos objetivos da entrevista.

2. Negociação do termo de consentimento.

- Autorização para o registro das informações: gravar o áudio e/ou tomar notas.
- Pactuar o sigilo das identidades pessoais, profissionais e institucionais.

3. CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

- Gênero/sexo. Idade.
- Trajetória de formação e trajetória profissional.

4. FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DE ATUAÇÃO SOCIOEDUCATIVA

- Experiências na Socioeducação.
- Como você conheceu o sistema socioeducativo, enquanto pedagogo(a)?
- Em sua formação acadêmica, você cursou disciplinas voltadas à Socioeducação que contribuíram para você estar aqui hoje?
- Como você começou a trabalhar no sistema socioeducativo? Que expectativas você tinha quando começou a trabalhar como pedagogo(a) com Socioeducação?
- Quais seriam os motivos pelos quais um(a) pedagogo(a) trabalha com Socioeducação?

5. CONCEPÇÕES SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO

- Se eu te perguntasse: “O que é Socioeducação?”, em uma frase, o que você me responderia?
- Quais seriam os objetivos da Socioeducação, em sua opinião?
- Como você enxerga os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas? Quem são estes(as) adolescentes? Como eles(as) são?
- Em sua opinião, o trabalho desenvolvido no seu programa de atendimento, por você e por sua equipe, tem conseguido contribuir para a inclusão social dos adolescentes atendidos?
 - Se sim, por quê? Com base na sua experiência, você teria algum exemplo de caso atendido em que a inclusão social foi possível para compartilhar comigo?
 - Se não, por quê? Que tipo de dificuldades as equipes têm encontrado para promover inclusão social dos adolescentes atendidos? Com base na sua experiência, você teria algum exemplo de caso atendido em que não foi possível promover inclusão social do adolescente para compartilhar comigo?

6. CONCEPÇÕES SOBRE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA SOCIOEDUCAÇÃO

- Como funciona o trabalho da equipe multidisciplinar composta por pedagogos, assistentes sociais e psicólogos na Socioeducação?
- Em sua opinião, como o trabalho desenvolvido por cada um destes profissionais (pedagogo, assistente social, psicólogo) pode colaborar para a inclusão social dos adolescentes atendidos?
- Em seu ponto de vista, como que funciona o trabalho do pedagogo nos programas de atendimento socioeducativo no meio aberto (Ex: Liberdade Assistida, Prestação de Serviços a Comunidade)? Pedir exemplos do cotidiano de trabalho
- Em seu ponto de vista, como que funciona o trabalho do pedagogo nos programas de atendimento socioeducativo no meio fechado (Ex: internação)? Pedir exemplos do cotidiano de trabalho.
- Quais são, na prática da Socioeducação, as semelhanças e as diferenças do trabalho desenvolvido pelo pedagogo, pelo assistente social e pelo psicólogo?
- Como você acha que os adolescentes enxergam o pedagogo que trabalha na Socioeducação?
- Os adolescentes sabem diferenciar o pedagogo do assistente social ou do psicólogo?
- Se eu te perguntasse: “Quem é o pedagogo na Socioeducação?”, em uma frase, o que você me responderia?

Nós estamos caminhando para os momentos finais da nossa entrevista com uma última pergunta.

- Que conselhos você poderia dar a algum(a) estudante de pedagogia que deseja trabalhar com Socioeducação? O que você diria a esta pessoa?

7. Considerações Finais do(a) entrevistado(a):

- Você acha que ficou algo da sua experiência com Socioeducação e que você gostaria de relatar ou de complementar?
- Como você se sentiu falando das suas experiências?

8. Processo de encerramento da entrevista

- Enfatizar a confidencialidade das informações
- Agradecer a pessoa entrevistada e enfatizar a relevância da entrevista dele(a) para o seu trabalho;
- Despedidas.

Apêndice C – Roteiro de entrevista com Psicólogo e com Assistente Social

Entrevistadora: Gabrielle Sabrine Pires Costa

Dia da entrevista: _____

Local de realização da entrevista: _____

Horário de início da entrevista: _____

Horário de encerramento da entrevista: _____

1. Aquecimento

- Cumprimentos iniciais. Apresentações. Negociação dos objetivos da entrevista.

2. Negociação do termo de consentimento.

- Autorização para o registro das informações: gravar o áudio e/ou tomar notas.
- Pactuar o sigilo das identidades pessoais, profissionais e institucionais.

3. CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

- Gênero/sexo. Idade.
- Trajetória de formação e trajetória profissional.

4. FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DE ATUAÇÃO SOCIOEDUCATIVA

- Experiências na Socioeducação.
- Como você conheceu o sistema socioeducativo, enquanto pedagogo(a)?
- Como você começou a trabalhar no sistema socioeducativo?
- Em sua formação acadêmica, você cursou disciplinas voltadas à Socioeducação que contribuíram para você estar aqui hoje?

5. CONCEPÇÕES SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO

- Se eu te perguntasse: “O que é Socioeducação?”, em uma frase, o que você me responderia?
- Quais seriam os objetivos da Socioeducação, em sua opinião?
- Como você enxerga os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas? Quem são estes(as) adolescentes? Como eles(as) são?
- Em sua opinião, o trabalho desenvolvido no seu programa de atendimento, por você e por sua equipe, tem conseguido contribuir para a inclusão social dos adolescentes atendidos?
 - Se sim, por quê? Com base na sua experiência, você teria algum exemplo de caso atendido em que a inclusão social foi possível para compartilhar comigo?
 - Se não, por quê? Que tipo de dificuldades as equipes têm encontrado para promover inclusão social dos adolescentes atendidos? Com base na sua experiência, você teria algum exemplo de caso atendido em que não foi possível promover inclusão social do adolescente para compartilhar comigo?

6. CONCEPÇÕES SOBRE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA SOCIOEDUCAÇÃO

- Como funciona o trabalho da equipe multidisciplinar composta por pedagogos, assistentes sociais e psicólogos na Socioeducação?
- Quais são, na prática da Socioeducação, as semelhanças e as diferenças do trabalho desenvolvido pelo pedagogo, pelo assistente social e pelo psicólogo?
- Como você acha que os adolescentes enxergam o pedagogo que trabalha na Socioeducação?
- Os adolescentes sabem diferenciar o pedagogo do assistente social ou do psicólogo?
- Se eu te perguntasse: “Quem é o pedagogo na Socioeducação?”, em uma frase, o que você me responderia?

Nós estamos caminhando para os momentos finais da nossa entrevista com uma última pergunta.

- Que conselhos você poderia dar a algum(a) estudante de pedagogia que deseja trabalhar com Socioeducação? O que você diria a esta pessoa?

7. Considerações Finais do(a) entrevistado(a):

- Você acha que ficou algo da sua experiência com Socioeducação e que você gostaria de relatar ou de complementar?
- Como você se sentiu falando das suas experiências?

8. Processo de encerramento da entrevista

- Enfatizar a confidencialidade das informações
- Agradecer a pessoa entrevistada e enfatizar a relevância da entrevista dele(a) para o seu trabalho;
- Despedidas.